SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XII • nº 25 MARÇO 2007

HOMENAGEM

No mês da mulher, três personagens contam como conquistaram espaço em ambientes dominados por homens

Tribunal cor-de-rosa

Quando era casada com um taxista, Geni Silva sempre observava os movimentos do marido ao volante. Enquanto ele dormia, pegava o carro às escondidas e colocava em prática o que aprendera apenas olhando. Foi assim que ela começou a dirigir. Hoje, depois de trabalhar com transporte em padaria, supermercado e até pizzaria, Geni tornou-se a única mulher motorista do STJ. "Trabalhar num órgão como este é a realização de um sonho", declara, sem perder a elegância diante dos boatos de que sua chegada poderia inibir as brincadeiras dos colegas.

Habituada aos ambientes profissionais masculinos, quem sempre tirou de letra resistências e hostilidades foi a ministra Eliana Calmon. Ela foi a primeira procuradora brasileira oriunda do Norte/Nordeste e, ao perceber que os colegas estavam incomodados com a sua presença, resolveu a situação com bom-humor. "Disse a eles que era adulta, que os nomes feios não agrediam os meus ouvidos e que não me importaria de escutar casos de traições, pelo contrário", lembra, divertida.

Foi também a primeira mulher a ingressar num tribunal superior, no caso, o STJ, onde a ministra diz ter experimentado uma recepção tranqüila. Para a magistrada, a ascensão feminina a cargos relevantes proporciona o direcionamento das políticas públicas para as questões de gênero. "Dentro da esfera de poder, a mulher pode dar visibilidade às bandeiras femininas, racionalizar os problemas e propor soluções", afirma.

Eliana Calmon entende que a batalha hoje não se trava apenas entre homens e mulheres, mas contra uma sociedade que explora o machismo em busca do lucro mais fácil. "A visão da mulher como 'a sedutora' e do homem como 'o seduzido' movimenta uma rica indústria da exploração do físico feminino, recheada de cosméticos e cirurgias plásticas", observa. "Dentro da ditadura da beleza e da juventude, não temos mais direito de ter cabelos brancos e rugas", comenta.

Em que pesem os novos desafios impostos à mulher, as estatísticas mostram que, quando o assunto é a violência, velhos problemas persistem. Casos como assassinatos de companheiras e agressões domésticas ainda são comuns no país e, em alguns estados, encontram-se em ascendência.

Índices de criminalidade fornecidos pela Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro revelaram que o número de homicídios de mulheres registrados em novembro do ano passado cresceu 6,5% em relação ao mesmo período de 2005. Foram 527 assassinatos em 2006, contra 495 ocorridos no ano anterior. De acordo com a secretaria, em 40,2% dos casos, os agressores eram casados com as vítimas ou tinham relação com elas.

Foto: Sandra Fado

Geni Silva tranformou a aventura em profissão: "Aprendi a dirigir olhando e pegando o carro escondido"

Foto: Sandra Fado

Eliana Calmon é veterana em conquistar respeito nos ambientes profissionais masculinos

Conquistas

Contudo, não só tristes estatísticas marcam a passagem de mais um 8 de março. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o nível educacional feminino superou o masculino e houve um aumento no número de mulheres que ocupam cargos de chefia.

No STJ, elas representam 47,7% do número de servidores e ocupam seis dos 12 cargos de secretário, incluindo o posto de secretária-geral da presidência. São dirigidas por mulheres as secretarias Judiciária, dos Órgãos Julgadores, Gestão de Pessoas, de Documentação e a de Tecnologia da Informação (TI).

A titular da pasta de TI, Solange Perez Cabral, conta que não encontrou resistência nem preconceito ao assumir o posto máximo da área, mas vê no mercado um comportamento desfavorável às mulheres. Em especial àquelas que pretendem engravidar. O problema, de acordo com Solange, não é arcar com os custos da licença-maternidade, mas sim com o ônus de interromper um trabalho. "É o afastamento de um profissional que provavelmente está dentro de um projeto e vai passar três ou quatro meses fora".

Apesar de os homens ocuparem a maioria das cadeiras de chefe, já não é incomum ver uma mulher no comando. Mas será que há diferença em ser chefiado por um dos dois gêneros? Não para Antônio Matoso, analista do Centro de Apoio a Projetos da STI. "O que faz diferença é o perfil e a personalidade de cada secretário", afirma. Em 1995, ele foi chefiado aqui no Tribunal por uma outra mulher e diz que as duas tinham temperamentos completamente distintos. Mas admite que mulheres na chefia têm vantagens: maior sensibilidade para identificar as necessidades do cliente e uma percepção diferenciada que ajuda a melhorar o atendimento.

Facilidades

No STJ, existem diversas atividades voltadas para o público feminino. Nas dependências do Tribunal, há ginecologista e pediatra, bem como salão de beleza, clínica de estética e academia de ginástica, além de eventos e palestras voltadas para a mulher. "É muito bom, facilita a nossa vida e o serviço tem qualidade" afirma a taquígrafa Odette Leite.

O benefício mais valorizado pelas mulheres é o berçário, onde as mães podem ficar perto dos bebês até que eles completem um ano de vida. "É tudo o que uma mãe sonha", comemora Luciana Mergener, chefe da Sessão de Processamento da Segunda Turma de julgamento do Tribunal. Ela é mãe de Mariah, com dez meses de vida. Essa proximidade é boa para mães e crianças e permite às mulheres conciliar com mais facilidade a maternidade e a carreira. ▪

Andrea Vieira - andrea.vieira@stj.gov.br
Ana Carolina - acalmeid@stj.gov.br
Thaís Borges - tfarias@stj.gov.br

Por que o dia 8 de março

As comemorações do Dia Internacional da Mulher estão mundialmente vinculadas às reivindicações femininas por melhores condições de trabalho, por uma vida mais digna e sociedades mais justas e igualitárias.

Essa é uma luta muito antiga que começou com a determinação de inúmeras operárias de uma fábrica de tecidos de Nova Iorque que, no dia 8 de março de 1857, fizeram uma greve. Ocuparam a fábrica e fizeram reivindicações como redução na carga de trabalho de mais de 16 horas por dia para 10 horas, equiparação de salários com os homens, uma vez que elas chegavam a receber até um terço do salário deles para executar o mesmo tipo de trabalho, e tratamento digno.

A manifestação foi reprimida de forma brutal. As operárias foram trancadas dentro da fábrica, que foi incendiada. Aproximadamente 130 tecelãs morreram carbonizadas.

Somente em 1910, durante uma conferência na Dinamarca, foi decidido, em homenagem àquelas mulheres, comemorar o 8 de março como "Dia Internacional da Mulher". Mas foi no ano de 1975 que a ONU, por meio de um decreto, oficializou a data.

Avaliação de desempenho

O prazo para a entrega da avaliação de desempenho dos servidores termina, impreterivelmente, no dia 31 de março. Mas há gerente e servidor que sequer fez a entrevista inicial. Fiquem atentos: a avaliação é muito mais do que uma exigência legal; é uma oportunidade para o profissional aperfeiçoar sua rotina de trabalho. É nesse momento que se devem destacar os pontos fortes e identificar aqueles que necessitam de maior atenção. Administrar o desempenho profissional é responsabilidade do gerente e do servidor. ▪

Progressão funcional

O Plano de Cargos e Salários trouxe várias novidades. Algumas ainda pendentes de regulamentação. É o caso das novas regras para a progressão nas carreiras do Judiciário. Desde o mês de dezembro passado, o servidor ainda em estágio probatório tem direito à progressão funcional, ou seja, à elevação de padrão dentro da mesma classe. Antes, a prática era proibida nesse período. Agora, ao completar o primeiro ano de efetivo exercício no cargo, o servidor terá direito à imediata progressão para o segundo padrão da carreira. Terminado o estágio probatório (dois anos), o servidor será posicionado no terceiro padrão da carreira. ▪

Progressão funcional

A Poupex acaba de disponibilizar ao servidor do STJ uma nova modalidade de financiamento. Agora é possível adquirir terrenos no valor de até R$ 50 mil, para pagar no prazo máximo de cinco anos. O pré-requisito é que os terrenos estejam regularizados e localizados em área urbana que possua infraestrutura. Algumas condições do financiamento imobiliário também foram alteradas. Estão dispensadas, temporariamente, as exigências de carência e saldo médio em Poupança Poupex. Para aquisição ou construção de imóvel residencial, o bem pode chegar a até R$ 1 milhão e o comprador poderá financiar até R$ 450 mil. A outra novidade é que os servidores do CJF já podem solicitar o financiamento para aquisição de material de construção, com débito das prestações em folha de pagamento. O valor máximo de financiamento é de R$ 40 mil. ▪

Servidor

Pesquisa avalia grau de satisfação de usuários dos serviços prestados pela Secretaria de Gestão de Pessoas

O cliente em primeiro lugar

A busca da satisfação do cliente com um atendimento de excelência é a principal meta da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP). O índice de 83% de satisfação, apontado pela pesquisa realizada em 2006, comprova a preocupação com a qualidade. A pesquisa foi respondida por 481 servidores, cerca de 19% do total. Os servidores da Secretaria de Controle Interno foram os mais participativos, com 60% dos respondentes.

Pelo menos uma vez em sua trajetória no STJ, o servidor utiliza algum dos serviços oferecidos pela SGP, seja para informações sobre pagamento, lotação, capacitação, entre outros. Diante da importância dos serviços prestados por sua equipe, a Secretaria realiza, anualmente, desde 2004, a pesquisa de satisfação. "Temos um planejamento com ações para melhorar os serviços, e a pesquisa vem medir o quanto nós estamos próximos ou não da meta", explica Rai Veiga, secretária da SGP.

Ela destaca que o questionário foi utilizado em outras gestões. A diferença é que ele ficava disponível durante todo o ano, e o servidor podia responder quando quisesse ou tivesse tempo. Com tanta facilidade, os resultados não eram bons. Sem prazo, não é possível a Secretaria avaliar o quanto realmente cresceu em satisfação do cliente. Por esse motivo, mudamos o modelo da pesquisa para ter os números reais do índice de satisfação com nossos serviços, afirma.

Além de modificar a pesquisa, a secretária lembra que, ao assumir a SGP, em 2002, mudou o sistema de atendimento aos servidores. "Antes o atendimento tinha horário determinado. A porta ficava fechada, e as pessoas só podiam vir às nossas unidades das 10h às 12h e das 16h às 19h, por exemplo. Isso gerava grande insatisfação. Por isso, nossa primeira medida foi efetivar o horário integral para o atendimento."

Outras ações vieram em seguida, como o Portal do Servidor, a Cartilha de Serviços, a Educação Corporativa, a Seleção On-line, o Banco de Identificação de Talentos – BIT, entre outras facilidades que conquistaram o público-alvo.

Foto: Ilkens de Souza

Rai Veiga: "Todas as críticas e sugestões são aproveitadas pela equipe da Secretaria de Gestão de Pessoas"

Passo a passo

Apesar de o índice de satisfação ter ficado abaixo do esperado – foram alcançados 83% enquanto se esperavam 85% –, Raí Veiga considera que o resultado demonstra a crescente melhoria dos serviços. Em 2004, o índice de satisfação foi de 80%. Em 2005 alcançou 82% e, em 2006, 83%. "Entendemos que ainda temos muito a fazer, apesar de sabermos que, segundo a teoria, a partir do percentual de 80% o crescimento exige um esforço muito maior."

A mudança do leiaute da Secretaria, com a transferência das unidades de atendimento ao cliente para as primeiras salas do setor, já é um retorno aos servidores que responderam aos questionários. "A modificação estava prevista para o ano passado, porém somente conseguimos concluí-la agora porque dependíamos de licitação."

Uma meta alcançada que proporcionou maior satisfação foi o treinamento oferecido a todos os servidores da SGP sobre atendimento. "O atendimento telefônico já era bom e ficou ainda melhor, e a pesquisa refletiu isso, pois o ponto 'Cortesia' apresentou índice acima da meta", ressalta a secretária.

Sugestões, críticas e elogios

Os servidores que responderam à pesquisa registraram 94 elogios, 18 críticas e 47 sugestões. Os números surpreenderam a SGP. "O *feedback* estimula o servidor a prestar um bom trabalho", comenta a secretária.

Rai Veiga enfatiza que todas as sugestões e críticas são aproveitadas, pois constituem um rico material. A partir delas são implementadas as melhorias esperadas pelos clientes. "A credibilidade do processo e a continuidade da participação dos respondentes estão sujeitas à implementação dessas ações de melhoria por parte da SGP", ressalta.

Dos respondentes, 55% apontaram a necessidade de mais divulgação dos eventos de capacitação. Para alcançar esse objetivo, a SGP pretende buscar parceria com a Secretaria de Comunicação Social.

Planos

Para 2007, a SGP elegeu como diretriz a padronização das suas rotinas. "Em vez de a informação ficar apenas na cabeça dos chefes de Seção, as rotinas serão descritas em um documento para que todos os servidores possam dar informações aos que buscarem atendimento na SGP. Será uma espécie de check list de cada unidade", explica Rai Veiga.

Outros projetos em estudo são a Central de Atendimento ao Servidor e o Portal Gerencial, com a disponibilização aos gerentes das informações do corpo funcional de cada unidade para facilitar a administração.

Com tantos planos, após analisar a pesquisa, a SGP decidiu modificar a forma das avaliações. A pesquisa geral de satisfação passa a ser realizada a cada biênio. ▪

Elaine Rocha - elaine@stj.gov.br

Gestão de Pessoas

Pensionistas e servidores aposentados precisam se recadastrar para continuar a receber provento ou pensão

Cuidado para não perder o prazo!

Em março começa o período de atualização de cadastro para os pensionistas estatutários. O recadastramento é obrigatório não só para os pensionistas, mas também para os servidores aposentados. A novidade é que as pessoas que moram no Distrito Federal devem comparecer pessoalmente à Seção de Aposentadorias e Pensões. Apenas aquelas residentes em outros estados devem atualizar seu cadastro por via postal utilizando ficha cadastral que deve ser preenchida e assinada.

O prazo para cadastramento consta de resolução do presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Barros Monteiro. A Coordenadora de Provimento e Informações Funcionais, Solange da Costa Rossi, alerta que, se o aposentado ou pensionista não atender à convocação no prazo fixado, será chamado novamente nos 30 dias seguintes e, persistindo a pendência, "terá o pagamento suspenso" pela Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

A atualização cadastral será realizada anualmente, mediante comparecimento à SGP: em março, para os pensionistas; em setembro, para os aposentados. As informações deverão ser prestadas com clareza e fidelidade, sob as penas da lei. O titular deve preencher e assinar ficha cadastral em formulário próprio e apresentar a documentação requerida.

Segundo a coordenadora Solange Rossi, a partir deste ano, "os servidores aposentados e pensionistas residentes no Distrito Federal devem comparecer pessoalmente à Seção para realizar o recadastramento, não podendo mais, como antes, enviar os dados via postal". Os ministros aposentados e pensionistas de ministros, não residentes no Distrito Federal, podem efetuar a atualização via postal, mediante encaminhamento à Assessoria de Atendimento aos Ministros de ficha cadastral preenchida e assinada.

Nos casos de ausência ou impossibilidade de locomoção (devidamente comprovados) será admitida a atualização mediante procuração específica, por instrumento público, que terá validade máxima de doze meses, proibido o substabelecimento. Também não será admitida a utilização da mesma procuração em mais de um período de recadastramento.

A Secretaria de Gestão de Pessoas e a Assessoria de Atendimento aos Ministros deverão elaborar relatório a cada novo recadastramento. Nos casos de suspensão do provimento ou pensão, após ter sido atendida a atualização cadastral pelo interessado ou seu representante legal, será restabelecido o pagamento sem qualquer acréscimo de atualização monetária ou de mora. ▪

Kena Kely - kena.silva@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XII • nº 26 ABRIL 2007

ANIVERSÁRIO

Significativas transformações nos métodos e processos de trabalho marcam os 18 anos de atuação do STJ

Do carbono ao processo digital

Criado com a missão constitucional de zelar pela autoridade e pela uniformidade da legislação federal infraconstitucional, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) comemora os seus 18 anos de existência como referência na prestação jurisdicional, na incorporação de novas tecnologias da informação e na sua preocupação constante com o servidor.

Para os mais antigos da Casa, o STJ é uma paixão, é um ponto essencial na vida. O assessor jurídico João Rodrigues Guimarães Filho, servidor há 36 anos, considera que o Tribunal faz parte da sua vida, uma vez que estando aqui, pôde estudar, casar, adquirir um imóvel, ter filhos e melhorar sua qualidade de vida. " Eu só tenho boas lembranças. A sensação é a de que o STJ é uma grande família, com amigos de longa caminhada e de convivência pacífica, alegre e produtiva", disse.

Guimarães Filho participou do primeiro concurso promovido pelo extinto Tribunal Federal de Recursos (TRF). Trabalhou em diversas áreas no Tribunal e, na sua visão, muita coisa mudou. "O Tribunal se modernizou bastante, adquirindo tecnologia de ponta. Ele se adequou com melhorias na sua parte administrativa, criando unidades especializadas para promover celeridade e eficiência na prestação da função jurisdicional. A gente percebe que o Tribunal é um dos órgãos de excelência como referência na prestação do serviço público", afirmou.

Também proveniente do antigo TFR, o servidor Viriato Gaspar tem muitas lembranças do período de criação do STJ. Segundo ele, o Tribunal deveria, na verdade, ter se chamado Supremo Tribunal de Justiça. Só não foi porque os ministros do Supremo Tribunal Federal ficaram enciumados e não deixaram. "O nosso equivalente em Portugal é Supremo Tribunal de Justiça e o Supremo lá se chama Corte Constitucional. Então, minha expectativa ao ingressar no TRF era de estar ingressando em um Tribunal que era muito respeitado, de grande importância".

Servidora mais nova a ingressar no STJ, a analista Luciana Jurema Lopes ainda está na fase de adaptação, das expectativas. Sempre tendo trabalhado na iniciativa privada, Luciana buscou no serviço público uma melhor qualidade de vida. "Na iniciativa privada chega um momento em que você se desgasta. Isso aconteceu comigo. Eu já estava trabalhando 14 horas por dia, viajando muito, sem dar atenção à família. Resolvi dar um basta e, na época, abriu o concurso do STJ. Assim, tentei e passei. Fui chamada dois anos depois", ressaltou. Luciana está há uma semana no Tribunal.

Foto: Jorge Campos

Criado há 18 anos, o STJ só começou a funcionar na sede atual em 1995, quando foram concluídas as obras projetadas por Oscar Niemeyer

Mudanças no trabalho

A busca freqüente do Tribunal pela excelência do trabalho e pela agilidade na prestação jurisdicional fez com que o STJ modificasse muita coisa na sua rotina de trabalho. Segundo a secretária de Tecnologia de Informação, Solange Perez Cabral, há grande necessidade de automatizar determinados processos repetitivos para poder deslocar o servidor que estava fazendo esse trabalho e levá-lo para fazer um trabalho mais intelectualizado.

Solange Perez destaca que o STJ está participando do boom tecnológico que está existindo no Judiciário. O objetivo é transformar o processo que tem o trâmite basicamente de papel em um processo virtual. "Ainda existe uma cultura muito forte para a não-visualização dos documentos na tela de computador. O Judiciário é conservador. Então, acredito que esse processo ainda vai durar uns 8 anos para que a gente passe a se acostumar a ler por muito tempo na tela do computador. Por mais que a gente tenha tecnologia para tornar tudo virtual", disse.

A secretária de Informática informa também que o Tribunal tem vários projetos que são considerados estratégicos para a modernização tecnológica. Um deles é a modernização dos julgamentos, tendo como piloto a Segunda Turma do STJ.

Essa evolução dos procedimentos e da crescente importância do STJ também gerou mudanças na Secretaria de Gestão de Pessoas. A coordenadora de Provimento e Informações Funcionais, Solange Rossi, lembra que, quando ingressou no Tribunal, em maio de 1989, o trabalho era muito artesanal, sendo tudo feito manualmente. Para ela, a informatização é a maior conquista do Tribunal nestes 18 anos de vida.

"O contracheque era datilografado e o histórico funcional dos servidores era preenchido e atualizado à mão. Eu passava dias e dias preenchendo fichas financeiras e trocando carbonos de lugar. Nunca vou me esquecer do primeiro sistema de pagamento informatizado. Depois disso, tudo mudou", relembra.

Histórico

O STJ, criado com a Constituição Federal de 1988, foi instalado em abril de 1989, sendo a última instância da justiça brasileira para as causas infraconstitucionais. O Tribunal foi dividido em três seções de julgamento, composta por duas turmas cada, além da Corte Especial, órgão máximo do STJ.

Não é à-toa que o STJ é chamado de "Tribunal da Cidadania". Por sua origem na Constituição apelidada por Ulysses Guimarães de "Constituição Cidadã", o Tribunal preocupa-se com a facilitação do acesso de todos à Justiça, tomando em seus julgamentos decisões de grande importância ao dia-a-dia da sociedade.

Em seus 18 anos de existência, o STJ já julgou mais de 2 milhões de processos. Atualmente, o Tribunal conta com 2.642 servidores – quase o triplo dos 991 de quando foi criado. ▪

Cristine Genú - cristine.genu@stj.gov.br
Carolina Nonato - cnonato@stj.gov.br

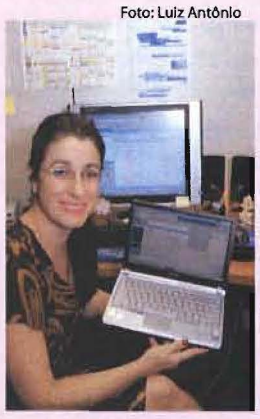
Foto: Luiz Antônio

Solange Rossi fala sobre as tranformações feitas pela informatização: "Antes, o contracheque era datilografado e o histórico funcional, preenchido à mão"

Foto: Luiz Antônio

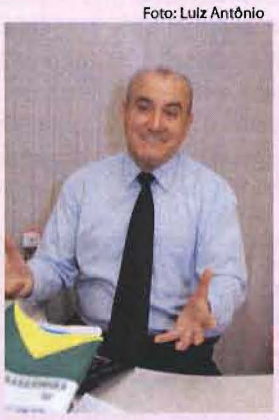
Luciana Lopes é a mais nova servidora do STJ: "O Tribunal vem superando as minhas expectativas. Aqui há um trabalho de valorização do servidor"

Foto: Luiz Antônio



Para Solange Perez, os projetos de modernização tecnológica levarão o STJ a outro patamar de excelência

Foto: Luiz Antônio



João Guimarães Filho: "O Tribunal criou unidades especializadas para promover celeridade e eficiência"

BENEFÍCIO

Tribunal regulamenta assistência à saúde na forma de auxílio e destina verba a servidores que não utilizam o Pró-Ser

Mais opções para resguardar a saúde

Assistência à saúde no STJ era, até recentemente, sinônimo do plano de auto gestão dos servidores da Casa, o Pró-Ser. O programa atende a todos os servidores – com ou sem vínculo – e apresenta um rol de coberturas inexistentes em planos comerciais. Mas, como há quem opte por seguros privados, o Tribunal regulamentou a distribuição de recursos destinados à saúde e abriu novas alternativas aos servidores.

De agora em diante, quem quiser adquirir um seguro-saúde que não o Pró-Ser poderá contar com uma ajuda de custo de até R$ 250,00. A novidade foi instituída pela portaria 49, que criou a assistência na forma de auxílio em fevereiro deste ano. De acordo com o diretor-geral do STJ, Miguel Campos, a intenção foi dar um tratamento isonômico a todos os servidores. "A parcela do orçamento destinada à assistência à saúde era integralmente destinada ao Pró-Ser, beneficiando exclusivamente seus usuários. A regulamentação na forma de auxílio permite o acesso de todos os servidores ao referido recurso público", explica o diretor-geral.

Segundo a coordenadora de Benefícios, Ednalva Lima, a fatia do orçamento destinada à saúde em 2007 ficou na casa dos R$ 15 milhões. Desse montante, Ednalva prevê que aproximadamente R$ 700 mil se convertam em auxílio. Essa ajuda de custo é devida também aos dependentes e pode ser alterada, inclusive para baixo, de acordo com a disponibilidade orçamentária do STJ.

Para ter o auxílio incluído no contracheque, o servidor precisa se inscrever na Coordenadoria de Benefícios, munido da cópia do contrato celebrado com um seguro devidamente autorizado pela Agência Nacional de Saúde e de todos os documentos que atestem a existência de dependentes. Se a despesa comprovada mensalmente for menor do que R$ 250,00, apenas a quantia efetivamente paga ao plano de saúde será ressarcida.

Foto: Sandra Fado

Após 5 meses sem plano de saúde, Laumar Braga aderiu ao seguro da Sulamérica, que poderá manter caso não permaneça no STJ

Parceria

Um dos primeiros a usufruir o novo benefício, o coordenador de segurança do STJ, Laumar Braga, estava sem plano de saúde desde novembro do ano passado. Diabético, Laumar faz exames para controlar a doença a cada 2 ou 3 meses e gasta, em média, R$ 500,00 mensais com saúde. Escolheu um plano que lhe permite colocar as filhas maiores de 24 anos como suas dependentes. "Ainda que o auxílio não seja extensivo a elas, fica mais barato do que pagar planos individuais", diz.

Sem vínculo efetivo, o servidor acha que vale a pena continuar no plano mesmo se vier a sair do STJ e perder o auxílio. "Pelo menos não vou ter carência", diz. Laumar aderiu ao seguro da SulAmérica, empresa que firmou convênio com o STJ e montou um posto de atendimento no 3º andar do prédio da Administração. A seguradora oferece aos servidores da Casa dois tipos de plano: especial e executivo, ambos de abrangência nacional.

A principal diferença entre os dois está na rede referenciada de atendimento e no valor de reembolso das consultas, no caso de o usuário escolher um profissional não credenciado. O plano especial devolve até R$ 77,00; o executivo, até R$ 232,00. O servidor não tem participação nos custos de exames, consultas e internações, exceto em casos de tratamento psiquiátrico, no qual paga 50% do valor após os prazos estabelecidos no manual.

A empresa oferece também tratamentos de fonoaudiologia, psicomotricidade e escleroterapia e cobre transplantes de fígado, pâncreas, coração, pulmão e medula óssea, além de rim e córnea, que são previstos por lei. No entanto todos esses procedimentos estão sujeitos a condições contratuais. Tratamentos odontológicos e psicológicos ficam de fora.

Os valores mensais mostrados na tabela de preços da SulAmérica são integralmente cobertos pela ajuda de custo do STJ até a idade de 43 anos, no caso do plano especial. O plano executivo, nessa mesma faixa etária, custa ao servidor R$256,00. É possível simular os preços pela internet, no site www.clubedesaude.com.br.

Desligamento

Após a publicação da portaria 49, ainda não houve casos de desligamento do Pró-ser, embora a medida seja necessária para o recebimento do auxílio. A coordenadora de Benefícios explica que, depois de sair pela primeira vez do programa, o servidor só pode voltar depois de seis meses. "E precisa passar mais três pagando sem utilizar", acrescenta. Num segundo desligamento, a carência aumenta para seis meses e, depois do terceiro pedido, cessa o direito a nova inscrição.

"Até agora, apenas os servidores sem vínculo, os que nunca participaram do Pró-Ser ou os que dele já saíram há algum tempo se inscreveram", conta Ednalva Lima. Para ela, o que impede a maioria dos servidores de migrar para os planos comerciais não são as sanções aplicadas nos casos de afastamento, mas os benefícios e coberturas oferecidos. "O Pró-Ser é um programa de promoção da saúde em que os servidores trabalham para si mesmos, não um produto que visa ao lucro", conclui.

Além de plano odontológico, o Pró-Ser oferece assistência psicopedagógica, farmacêutica, domiciliar, programa de órteses e próteses, auxílio material escolar, tratamento fora do domicílio e assistência funeral. Também é possível colocar pai e mãe como dependentes diretos ou especiais. ▪

Redação - informe-se@stj.gov.br

CAPACITAÇÃO

Pagamento será retroativo à data da entrega do diploma ou certificado de conclusão dos cursos

Portaria regulamenta adicional de qualificação

O servidor do Judiciário tem agora mais um motivo para aperfeiçoar os seus conhecimentos em cursos de especialização, mestrado ou doutorado e em treinamentos: o adicional de qualificação, instituído pelo novo Plano de Cargos e Salários e regulamentado pela Portaria Conjunta nº 1 do Supremo Tribunal Federal.

O adicional será concedido aos servidores das carreiras do Poder Judiciário da União (técnico ou analista) cujo curso ou evento de capacitação esteja vinculado às áreas de interesse do STJ e às atribuições do cargo efetivo do servidor ou às atividades por ele exercidas no desempenho de cargo em comissão ou função de confiança.

Entretanto não são todos os cursos ou eventos de capacitação que podem ser utilizados para a aquisição do adicional. Segundo a secretária de Gestão de Pessoas, Rai Veiga, eventos como reuniões de trabalho e participação em comissão, conclusão de curso de nível superior, curso ou ação de treinamento especificada em edital de concurso público que constituir requisito para ingresso no cargo de provimento efetivo, entre outros, não fazem parte do rol de ações.

"Existem dois tipos de adicional de qualificação. O decorrente de cursos de especialização, mestrado ou doutorado e o adicional decorrente de ações de treinamento", assinalou Rai Veiga.

O adicional de qualificação incidirá sobre o vencimento básico do servidor, sendo 12,5% em se tratando de título de doutor, 10% para o título de mestre, 7,5% para especialização e 1% ao servidor que possuir conjunto de ações de treinamento que totalize pelo menos 120 horas, observado o limite de 3%. Entretanto, os adicionais decorrentes de cursos de especialização, mestrado ou doutorado não se acumulam, mas é possível a acumulação de um deles com o adicional referente à ação de treinamento.

Os valores serão retroativos a junho de 2006. Contudo, o adicional só será devido a partir da data da entrega do diploma ou certificado de conclusão de curso na Seção de Registros Funcionais.

Validade

O adicional de qualificação previsto para os cursos de especialização, mestrado ou doutorado incorpora-se à remuneração do servidor, inclusive à aposentadoria e à pensão. O adicional previsto para os treinamentos é válido por quatro anos, a contar da data de conclusão da última ação que totalizou o mínimo de 120 horas.

A secretária de Gestão de Pessoas ressalta que o servidor interessado em receber o adicional deve procurar a Seção de Registros Funcionais e apresentar o diploma (curso de mestrado ou doutorado) ou o certificado (curso de especialização). Quanto aos treinamentos, deve-se apresentar o certificado ou a declaração de conclusão da última ação que totalizou o mínimo de 120 horas.

Para o analista Marco Alexandre da Silva, lotado na Secretaria de Controle Interno, o adicional de qualificação é um incentivo muito importante para continuar a formação acadêmica após a graduação. Formado em Ciências Contábeis com especialização em Auditoria e Perícia, Silva acredita que os benefícios do adicional são vários. "Não só o financeiro, mas também o profissional e pessoal. A continuidade nos estudos abre várias portas. Seja em nosso ambiente de trabalho, na possibilidade de encontrar novas áreas de interesse para a atuação profissional, seja em nossa vida pessoal à medida que nos desenvolve como pessoas e passamos a ter novas perspectivas em relação à vida", assinalou.

Foto: Luiz Antônio

Simone está concluindo a monografia de pós-graduação: "ganhamos nós e ganham as instituições"

Para a técnica Simone Aragão, o adicional de qualificação vem ao encontro da expectativa dos servidores do Judiciário por reconhecimento quanto ao seu empenho em se manter atualizado e profissionalmente competitivo.

Segundo Simone, formada em Jornalismo e com especialização em Assessoria em Comunicação Pública (a ser concluída), o novo Plano de Cargos e Salários reconheceu essa qualificação em valores monetários. "Ganhamos nós que agregamos conhecimento e ganham as instituições do Judiciário brasileiro, que podem exibir um quadro de servidores bem qualificado. Estou elaborando uma monografia para concluir um curso de pós-graduação, pretendo acelerar o passo para entregar o quanto antes e não perder nenhum mês do adicional", afirmou. ▪

Cristine Genú - cristine.genu@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XII • nº 27 MAIO 2007

CARREIRA

Processo seletivo identifica pessoas com perfil adequado para as vagas disponíveis e amplia oportunidades de crescimento

Em busca de talentos

Caio Gonçalves Portela começou a trabalhar no STJ em 2004, no cargo de técnico da área administrativa e foi um dos primeiros servidores a participar de um processo seletivo interno. Já em 2005, conquistou uma vaga no gabinete do ministro Arnaldo Esteves Lima para trabalhar no turno da manhã, exatamente como queria. "É um processo prático, transparente e democrático" avalia Caio. Ele ressalta que foi para o gabinete sem conhecer ninguém e hoje ocupa uma função comissionada (FC).

A criação do processo de seleção interna surgiu da constatação, em pesquisa de clima organizacional, de que os servidores estavam insatisfeitos com as oportunidades de crescimento oferecidas pelo STJ. Portanto a seleção foi implantada com o objetivo de identificar as pessoas com perfil mais adequado para a vaga disponível, valorizando, assim, os talentos da Casa.

Para concorrer a uma vaga no processo seletivo interno, o servidor precisa, antes de tudo, manter o currículo no Banco de Identificação de Talentos sempre atualizado, entregando, na Secretaria de Gestão de Pessoas, certificados de todos os cursos realizados para o aprimoramento profissional. Toda seleção aberta é anunciada em destaque na primeira página da intranet com todos os passos e etapas do processo seletivo. A inscrição pode ser feita num simples clique.

A credibilidade e a eficácia do processo seletivo são comprovadas pelo aumento significativo de solicitações das unidades do tribunal por essa modalidade de escolha de servidores. Desde 2005, quando a seleção passou a ser feita pela intranet, foram abertos 180 processos. Foram ocupados 21 postos com função comissionada, sendo seis para FC2, quatorze para FC4 e um para CJ3. Os gabinetes de ministros são os setores que mais utilizam o sistema. Setenta e quatro vagas em gabinetes já foram preenchidas pela seleção interna.

A analista Sylvia de Carvalho Bulcão Vianna entrou no STJ em 2003, quando foi lotada na Seção de Classificação de Originários. Em maio de 2005, ingressou no gabinete do ministro Hélio Quaglia Barbosa, pelo processo seletivo, para trabalhar na elaboração de minuta de decisões. Em março de 2006, conquistou uma FC4 e, em dezembro do mesmo ano, foi promovida a oficial de gabinete.

Dos servidores lotados no gabinete do ministro Hélio Quaglia Barbosa, 11 chegaram à unidade pelo processo seletivo interno, dos quais seis desenvolvem atividades na secretaria. Segundo Sylvia Bulcão, não é apenas o currículo que pesa na hora da escolha, mas também a disposição do candidato em aprender e cooperar com a equipe. "Nem é tão importante que ele tenha experiência no setor, desde que esteja disposto a executar as tarefas do gabinete, de forma integrada", ressaltou Sylvia, para quem a cooperação total é a fórmula para garantir um ambiente de trabalho ao mesmo tempo eficiente e agradável .

Na avaliação do gabinete, o processo seletivo interno é simples, rápido e eficaz, sendo suficiente que a unidade solicitante indique os requisitos a serem observados. O ministro Quaglia Barbosa aprova o sistema, salientando ser "fundamental que o processo seletivo se dirija a garimpar talentos, servidores que possam e queiram crescer no seu desempenho profissional; mais que um resultado imediato para o próprio Gabinete, isso constituirá uma contribuição institucional para o Judiciário, como um todo".

Foto: Ilkens Souza

Lalalalallalalalalalalallalalalalalalalalalalalalalalalalala

Na Seção de Gestão de Desempenho e Orientação para a Carreira (Sedec), além da análise curricular, é realizada entrevista para observar as características e as expectativas dos candidatos e da unidade cliente. Em alguns processos, tem sido adotada a Pesquisa de Tendência Comportamental, Método Quantum, para analisar se o servidor tem habilidades subjetivas que auxiliem no melhor desempenho das atividades. É um questionário composto de duas etapas que possibilita ao servidor apontar a percepção que tem sobre seu próprio comportamento no ambiente de trabalho.

Conhecer esse perfil é uma demanda dos gestores. Luiz Otávio Moura, coordenador de Planos de Gestão, precisou selecionar, no início do ano, um servidor para trabalhar com projetos na área de administração. Ele explicou que escolheu o processo seletivo interno porque não bastava pedir à Gestão de Pessoas um técnico ou analista da área administrativa. "Eu queria alguém com um perfil diferenciado que, além da competência técnica, fosse comprometido e com capacidade de inovação." A vaga logo foi preenchida, e Luiz Otávio está satisfeito com o desempenho do novo servidor.

É um engano pensar que só as pessoas comunicativas, ágeis e criativas têm melhores chances de conquistar uma vaga. Existem atividades em que é essencial ter um perfil mais calmo. "Já tive de selecionar um candidato que fosse reservado, de poucas palavras, para atuar em atividades que demandam maior concentração", lembra Maria Aparecida Ramos, servidora da Sedec. Segundo ela, às vezes é necessário selecionar pessoas com iniciativa para determinadas vagas e servidores com mais disciplina para seguir regras em outras, ou seja, há oportunidades para todos os perfis. ▪

Andrea Vieira - andrea.vieira@stj.gov.br

Foto: Ilkens Souza

Lalalalallalalalalalalallalalalalalalalalalalalalalalalalala

Quando avisar ao chefe?

Todos que participam do processo seletivo enfrentam o mesmo dilema: qual o melhor momento para avisar ao chefe que está disputando uma vaga em outro setor? A equipe da Sedec orienta que cabe a cada candidato avaliar. Alguns preferem aguardar o resultado da seleção. Mas isso é um risco, porque a mudança de posto depende da permissão do gerente. "Já houve caso em que o chefe da candidata selecionada criou muita dificuldade para dispensá-la", conta Alda Silva.

Segundo a psicóloga e consultora em carreira Rosângela Casseano, discutir a liberação após o resultado do processo seletivo é o que acontece com mais freqüência. "Contudo alguns chefes podem se sentir desprestigiados com essa postura", alerta.

Para Rosângela, não há regra sobre o momento ideal de contar, depende do chefe e da oportunidade. Ela considera essencial que os gestores incentivem os profissionais a se sentirem livres para buscar funções mais adequadas ao próprio perfil. "Quando a pessoa realiza um trabalho que se encaixa nos projetos profissionais e pessoais, ela se sente mais motivada e contribui para criar um ambiente mais leve e produtivo", conclui.

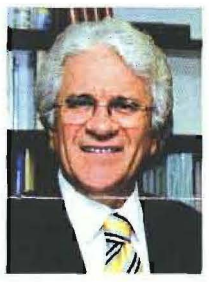
STJ é avaliado por servidores

A oportunidade do Superior Tribunal de Justiça estar no ranking das melhores empresas do Brasil chegou. A Editora Abril em parceria com a Fundação Instituto de Administração (FIA) está selecionando as melhores empresas brasileiras para se trabalhar.

Quinhentos servidores foram selecionados para responder a um questionário que envolve quatro categorias: identidade, satisfação, motivação, liderança, aprendizado e desenvolvimento para que seja formulado um relatório sobre o Tribunal. O resultado da pesquisa será divulgado na revista Você S/A com o ranking das melhores empresas para se trabalhar. ▪

Napoleão Nunes assume no lugar de Scartezzini

O mais novo ministro do STJ, Napoleão Nunes Maia Filho, vai tomar posse no próximo dia 23/05, às 17h, no Pleno do Tribunal. Ele assumirá a vaga deixada por Jorge Scartezzini, que se aposentou em fevereiro. Napoleão Nunes tem 61 anos, nasceu na cidade de Limoeiro do Norte, no Ceará, e atua como magistrado desde 1991. Bacharel e mestre em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), o novo ministro é egresso do Tribunal Regional Federal da 5ª Região, no Recife, instituição da qual foi vice-presidente e na qual foi diretor da Revista. ▪



Adicional por ações de treinamento

O servidor que totalizar o mínimo de 120 horas de ações de treinamento terá direito a 1% de adicional de qualificação, incidente sobre o vencimento básico. A vantagem pode ser acumulada até o limite de 3%. As 16 horas anuais de capacitação exigidas para a promoção funcional (mudança de classe) também podem ser contabilizadas para esse fim.

Estabelecido pela Lei n. 11.416/2006 e regulamentado pela Portaria Conjunta n. 1, publicada no Diário Oficial do dia 9 de março, o adicional decorrente das ações de treinamento pode ser recebido cumulativamente com o de pós-graduação e não integra aposentadorias ou pensões. ▪

Saúde

Campanha vai incentivar a adoção de práticas de higiene entre usuários do restaurante self-service

Garfos, facas e boas maneiras

"Acho que foi alguma coisa que eu comi." Quantas vezes você já disse essa frase ao sentir uma ligeira indisposição depois de uma refeição? Jackelyne Palhares, estagiária da Seção de Autuação de Agravos, sabe bem o que é isso. "Uma vez, num almoço de confraternização, eu e mais quatro colegas passamos muito mal com uma casquinha de siri", conta traumatizada.

Geralmente, esse mal-estar vem acompanhado de dores no estômago, vômitos e diarréias. Esses são alguns dos sintomas de uma intoxicação alimentar causada pela ingestão de alimentos contaminados por certas bactérias nocivas. As mais comuns são salmonela, clostrídios e estafilococos.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), um terço da população de países desenvolvidos sofre com as doenças transmitidas por alimentos. Nos países em desenvolvimento, como o Brasil, essa situação se agrava. Durante o ano inteiro, há registros de intoxicação alimentar em todo o País.

Para evitar que situações desse tipo aconteçam entre os servidores, a Seção de Assistência Nutricional da Secretaria de Serviços Integrados de Saúde está promovendo uma campanha para incentivar a adoção dos velhos hábitos de higiene no restaurante self-service.

De acordo com o responsável pela iniciativa, o nutricionista Aldemir Mangabeira, o principal objetivo da campanha é conscientizar sobre a importância de práticas que possam garantir maior segurança alimentar. Segundo o nutricionista, é a primeira vez que se faz uma campanha focada nos usuários. "Com o tempo, as empresas foram mudando e se modernizando, mas nada tinha sido feito para conscientizar as pessoas que elas também são responsáveis."

No restaurante do STJ, onde 1.200 pessoas circulam por dia, simples cuidados como prender os cabelos, a gravata, levantar a manga da camisa, lavar bem as mãos, não falar enquanto se serve, não tocar os alimentos representam muito quando o assunto é higiene. "A não-observância desses cuidados pode causar sérios riscos à saúde, como uma virose ou até uma intoxicação alimentar", alerta Aldemir.

Para reforçar as orientações, a campanha está distribuindo um manual com dicas de comportamento para os usuários de self-service, explicações sobre os riscos de contaminação alimentar, curiosidades sobre a ação de vírus e bactérias e, ainda, sugestões de como montar um prato saudável e completo.

O manual também recomenda que os papéis higiênicos utilizados sejam jogados no vaso sanitário e não no lixo. Pois, do cesto do banheiro, eles vão direto para os lixões e é lá onde pode ocorrer uma recontaminação do meio ambiente com bactérias, vírus e parasitas levados por insetos, aves e animais silvestres às plantações e hortas. "A crença de que o papel entope o vaso é falácia", explica Aldemir.

Fernando Lacerda, estagiário há um ano e meio na Seção de Autuação de Agravos, já aderiu à campanha, mas confessa que está tendo um pouquinho de dificuldade para almoçar em silêncio e contribuir com um ambiente menos ruidoso. "É nessa hora que a gente aproveita para descontrair e conversar com os amigos."

Mas, para Aldemir, ainda mais importante que pôr as recomendações em prática, é que todos os servidores levem esses hábitos para casa e passem as informações adiante. "É comum as pessoas pensarem que a alimentação fora de casa oferece maior risco, mas, na verdade, o grande perigo de doenças alimentares está principalmente dentro das residências", explica. ▪

Ana Carolina- acalmeid@stj.gov.br

Outros cuidados para garantir a segurança alimentar

- Toque apenas no cabo do talher de servir e cuide para que ele não entre em contato com a comida.
- Não devolva os alimentos já colocados no prato;
- Ao repetir a refeição, troque de prato e jamais sirva uma preparação quente com um talher que já entrou em contato com a boca.
- Em casa, se quiser manter a comida aquecida para alguém que chegará depois, conserve-a a uma temperatura superior a 60°C. E, ao reaproveitar o restante do almoço no jantar, conserve as panelas ou recipientes sob refrigeração.
- Sempre seque as louças com um pano de prato limpo que ainda não tenha tido contato com nenhuma outra superfície.
- Para evitar a chamada contaminação cruzada, não permita que o mesmo talher de servir tenha contato com mais de um alimento.

Servidor

Câmara começa a apreciar projeto de lei que altera dispositivos do Plano de Cargos e Salários do Judiciário

PCS pode ganhar complemento

O projeto de lei que complementa o Plano de Cargos e Salários dos Servidores do Poder Judiciário da União já está na Câmara dos Deputados e aguarda elaboração de parecer na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público (CTASP). A comissão – responsável pela análise do mérito da proposição – já apresentou oito emendas ao projeto e designou o deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ) como relator.

Chamado de PL 319/07, o texto resgata alguns pontos da Lei n. 11.416 que foram vetados pelo presidente da República em dezembro do ano passado. O principal deles é o que define uma carreira única formada pelos cargos de analista, técnico e auxiliar. Hoje existem três carreiras – uma para cada cargo.

Caso seja aprovada, a carreira única vai beneficiar, para fins de aposentadoria, auxiliares e técnicos que pretendem fazer concurso público para o nível superior ao que se encontram. Desde que tenham ingressado antes da reforma previdenciária, ocorrida em 2003, eles poderão contabilizar o período do cargo anterior na contagem de tempo de permanência na carreira – um dos requisitos para obtenção de aposentadoria integral, segundo as regras de transição.

O anteprojeto de lei também traz de volta o pagamento do Adicional de Qualificação para técnicos judiciários com diploma de graduação, no valor de 5% sobre o vencimento básico. Para tanto, o curso e a instituição têm de ser reconhecidos pelo Ministério da Educação. Para os auxiliares, há previsão de adicional até o limite de 3% apenas no tocante às ações de treinamento.

Outra mudança proposta é a que restringe o pagamento da Gratificação por Atividade Judiciária (GAJ) e do Adicional de Qualificação (AQ) apenas a servidores cedidos a outros órgãos do Poder Judiciário da União. "A medida é polêmica, pois reduz a remuneração de um grande número de servidores que não estão prestando serviços ao Judiciário", diz a assessora parlamentar do STJ Maria Amélia Mazzola.

No entanto os artigos que tratam do corte da GAJ e do AQ já foram objeto de emendas que estendem essas vantagens aos servidores cedidos a órgãos da União. Caso sejam acatadas pelo deputado Rodrigo Maia, as emendas dariam a esses pontos significado idêntico ao do texto em vigor.

De acordo com o coordenador do Sindjus-DF, Roberto Policarpo, a questão será amplamente discutida com o relator do projeto. "Não abrimos mão desse ponto. Tanto o sindicato como os tribunais superiores posicionam-se contra o pagamento irrestrito da GAJ", diz.

O PL 319/07 ainda estabelece que os ocupantes de cargos de provimento efetivo da carreira judiciária executam atividades exclusivas de Estado. O projeto está parado na CTASP. De lá, segue para a Comissão de Finanças e Tributação e depois para a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania. Se não houver recursos, vai direto ao Senado, sem passar pelo plenário da Câmara. ▪

Redação - informe-se@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 4,1 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XII - nº 28 JUNHO 2007

SAÚDE

Pesquisa constata que dois terços dos servidores do Tribunal apresentam baixo desgaste.

Estresse sob medida

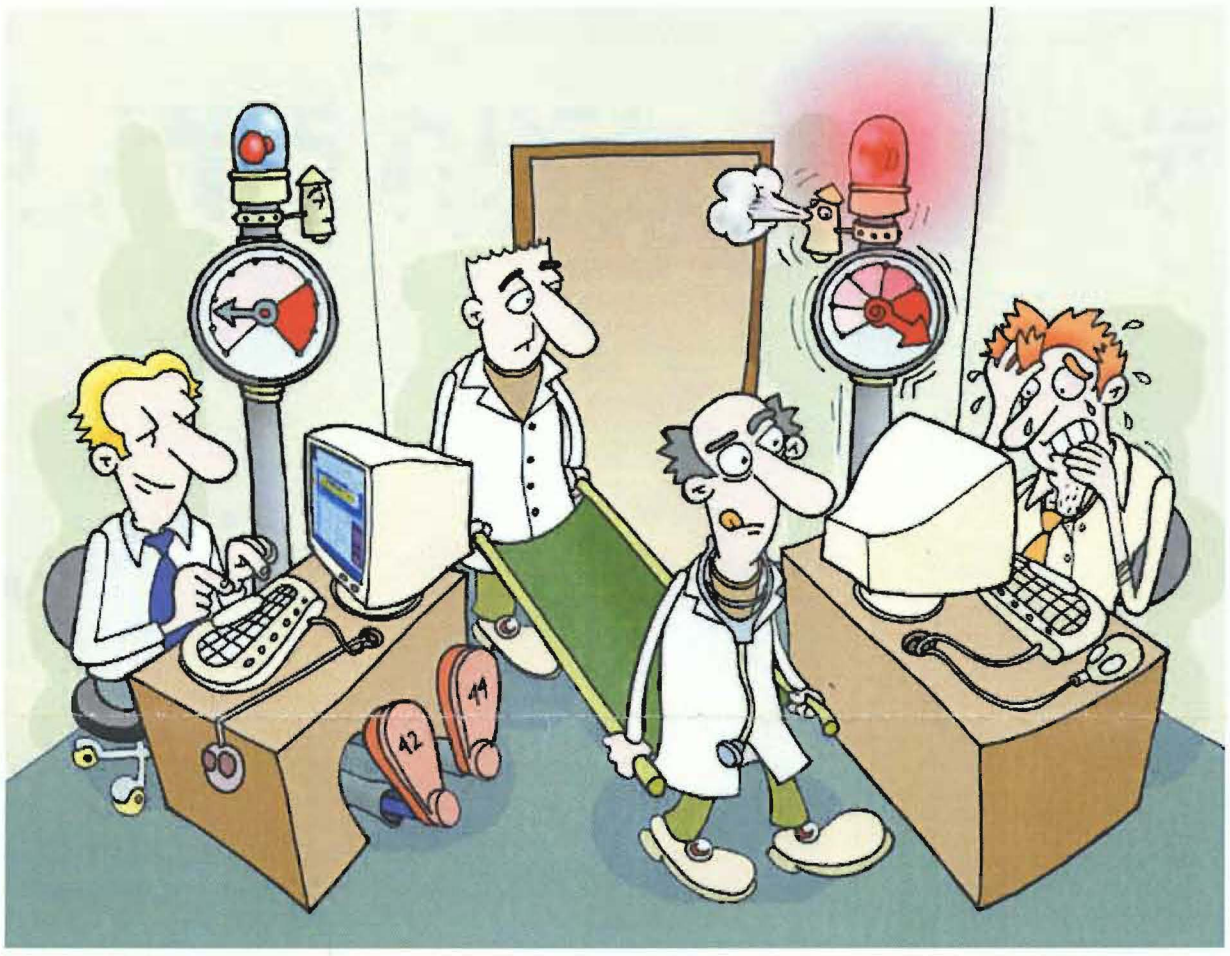
A estatística é global. No STJ, no Brasil ou no mundo, 50% dos afastamentos do trabalho estão relacionados, direta ou indiretamente, ao estresse. As responsáveis por essa situação são as doenças osteomusculares e os distúrbios psíquicos, que se agravam em momentos de tensão.

De olho nesse quadro, a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde fez uma pesquisa para mapear a ocorrência de estresse no Tribunal. Foram analisados três fatores: a demanda de trabalho, o controle que o servidor tem sobre suas atividades e o apoio social recebido da equipe. Uma amostra de 265 servidores respondeu ao questionário validado por pesquisadores da Fiocruz e avaliado segundo a escala de estresse no trabalho. Pela metodologia, quanto maior a demanda e menor o controle, maior o desgaste gerado. Dados como idade, tempo de serviço na instituição, gênero, lotação e cargo de gerência também foram analisados.

Entre os resultados, uma surpresa positiva: dois terços dos servidores analisados foram classificados como ativos e apresentaram baixo desgaste. Entre esses, 41,1% afirmaram ter elevada demanda e alto controle do trabalho. No geral, demanda e controle foram avaliados como médios, tendendo para altos, e o fator responsável pela mediação dos dois anteriores – o apoio social – foi elevado em todas as unidades pesquisadas.

No entanto a pesquisa também mostrou más notícias. O percentual de servidores com alto desgaste (gerado por uma demanda elevada aliada ao baixo controle) chegou a 15,8%, e os identificados como passivos (com baixa demanda) ficaram na casa dos 9,8%. "Essa é uma situação preocupante, com potencial para causar perda de habilidades, desinteresse e levar ao presenteísmo (a presença do servidor sem a contrapartida da produtividade)", alerta o chefe da Seção de Medicina Preventiva do STJ, Dr. Eduardo de Sá Oliveira.

Para constituir o mapa do estresse no Tribunal, os pesquisadores dividiram o STJ em 17 unidades, considerando as semelhanças entre as tarefas. Todos os 33 gabinetes, por exemplo, constituíram uma única unidade. A mais demandada, de acordo com a pesquisa, foi a Gestão de Pessoas. Quem apresentou maior nível de controle foi a Presidência e a Vice-Presidência. Já o campeão em interação social foi o Controle Interno.



Não houve diferenças estatísticas significativas entre homens e mulheres, exceto quanto aos cargos de gerência, em que a amostra feminina percebeu maior demanda. Em relação ao tempo de serviço na Casa, o estudo revelou que, quanto mais antigo o funcionário, menor a sua carga de trabalho.

Frente de combate

De acordo com a psicóloga da SIS Maria Elisa Grosner, além de detectar aspectos da cultura organizacional relacionados ao estresse, a pesquisa irá nortear as intervenções nos setores que apresentaram o problema em níveis mais críticos. "Estamos atuando não só no diagnóstico do estresse, mas no combate aos efeitos por ele causados", afirma Elisa.

Antes mesmo da conclusão do estudo, deu-se início ao Grupo de Gerenciamento de Estresse, cujo objetivo é desenvolver nos participantes mecanismos internos para lidar com o problema. "A longo prazo, o estresse diminui a capacidade de resposta do sistema imunológico, e é preciso desenvolver habilidades para minimizar o seu impacto no organismo", afirma a psicodramatista Natália Portella, responsável pela condução do Grupo junto com o médico Cláudio Portella.

Os participantes compartilham experiências e reavaliam seus estilos de vida e crenças internalizadas que podem estar gerando mais estresse. "A técnica facilita e estimula a mudança de atitudes no indivíduo", define Natália. A taquígrafa Janaína Castro, que participou do primeiro Grupo, concorda: "fiquei mais atenta para a pressa no dia-a-dia e busquei organizar melhor meu horário", diz. A instituição também ganha com a redução do absenteísmo e o aumento da produtividade.

Vários servidores já passaram pelo Grupo de Gerenciamento. Há previsão para que ele se repita no início do próximo semestre. Os interessados já podem deixar seus nomes no Serviço Médico do STJ. Enquanto a data não chega, Natália dá uma dica para quem anda com os nervos à flor da pele: "Compense o estresse com atividades que dão prazer".

Dose certa

Uma quantidade pequena de estresse é normal e indispensável para a saúde e capacidade produtiva. "Ele pode ser, inclusive, responsável pelo aumento do entusiasmo, do otimismo e da disposição física", diz a diretora do Centro Psicológico de Controle do Estresse, Marilda Lipp. "Em doses exageradas, no entanto, ele gera cansaço, irritabilidade, depressão e pode ser a porta de entrada para diversas doenças", completa.

A maneira mais fácil de identificar a passagem do estresse positivo para o negativo é prestar atenção no próprio desempenho profissional. "Quando a rotina frenética deixa de catalisar a energia positiva e passa a desgastar o corpo, a mente e até a vida pessoal, é sinal de que alguma coisa está fora do normal", alerta Lipp.

Foi o que aconteceu com Ademir Mendonça, chefe de atendimento da Corte Especial. Trabalhando horas a mais e sem sentir o seu trabalho reconhecido, ele mostrava sinais de impaciência em casa e irritava-se facilmente com os colegas. Depois de destratar um amigo, percebeu que precisava de ajuda médica.

Um exame de sangue de Ademir apontou a presença de uma proteína que se eleva em épocas de estresse. Descobriu que estava hipertenso. Os médicos sugeriram 30 dias de afastamento do trabalho para contornar o quadro, mas ele conseguiu apenas quatro. Ademir credita sua intensa demanda de trabalho à carência de funcionários na Corte Especial. Ele conta que, depois de perceber o problema, conseguiu melhorar a rotina de trabalho e reduzir o nível de estresse, mas diz que os fatores estressores ainda persistem. "Faço do trânsito o meu momento de extravasar", confessa. ▪

Thaís Borges - tfarias@stj.gov.br

À FLOR DA PELE: AS QUATRO FASES DO ESTRESSE

	Sintomas físicos	Sintomas no trabalho
ALERTA	Dificuldade para dormir, libido alta, músculos retesados, taquicardia, sudorese, falta de apetite.	Alta produtividade e criatividade. O profissional pode varar a noite sem dificuldade.
RESISTÊNCIA	Libido mais baixa, cansaço, falhas de memória, sensação de tédio.	Produtividade e criatividade voltam ao normal.
QUASE EXAUSTÃO	Insônia, libido quase nula, sensação de desgaste, piora da memória, ansiedade constante e falta de prazer.	Queda drástica na produtividade e na criatividade. Só é possível dar conta da rotina, sem oferecer idéias novas.
EXAUSTÃO	Libido desaparece, surgimento de doenças graves, como depressão, úlcera, diabetes ou enfarte, perda do senso de humor.	Torna-se impossível trabalhar normalmente. Falta de produtividade e de concentração. Perda de interesse pelo trabalho.

Fonte: Marilda Lipp, diretora do Centro Psicológico de Controle do Estresse

Adicional de qualificação

Após a regulamentação do Adicional de Qualificação (AQ), o STJ começará a pagá-lo, neste mês de junho, inicialmente, aos servidores que possuem especialização, mestrado e doutorado.

Quanto à modalidade Ações de Treinamento, ainda não há previsão de pagamento para a incorporação de até 3% sobre o vencimento, e o Sindjus está se mobilizando junto à administração para tratar do assunto e trabalha para que o STJ e o CJF providenciem o pagamento.

Já a Gratificação de Atividades de Segurança (GAS) está sendo paga aos agentes de segurança do STJ desde a regulamentação. ▪

Segurança digital

Segurança digital é um assunto que não pode passar batido na vida do servidor. Com essa preocupação, a Secretaria de Tecnologia do Tribunal resolveu dar dicas para que todos saibam como utilizar seus computadores da forma correta. Por exemplo, há dicas para a utilização do Lotus Notes, pois servidores têm confundido caixas corporativas e grupos de usuários.

Outra dica refere-se ao acesso a sites financeiros: é recomendável que o servidor adote alguns cuidados para não se tornar vítima de um crime digital. A página também fala do critério no envio de mensagens por e-mail: ainda que elas sejam de interesse de servidores, o envio é responsabilidade do Núcleo de Comunicação Interna, unidade da Coordenadoria de Editoria e Imprensa, Secretaria de Comunicação Social. ▪

TRIBUNAL

A Rádio do Tribunal está presente nos quatro cantos do país.

O som do Tribunal

Foto: Ilkens Souza

A equipe gravando programas

Pesquisa realizada em 2006 revelou que as ações do STJ ainda eram pouco conhecidas pela sociedade e havia necessidade de maior investimento em produção de notícias, informa o autor do projeto da Rádio, Edson Oliveira Vitorino.

Criada em março de 2004, com o objetivo de divulgar as atividades e decisões do Tribunal, a Rádio do STJ está presente nos quatro cantos do país. Atualmente, ela é parceira de mais de 600 emissoras em 16 estados e no Distrito Federal, atingindo cerca de 45 milhões de pessoas. Produz também matérias para a Voz do Brasil e para a Rádio Justiça. O mais recente convênio foi firmado com cinco rádios de Vitória, Espírito Santo, entre elas a CBN, a Gazeta AM e a Antena 1 FM.

A Rádio do Tribunal também tem programação voltada para o servidor: de músicas a avisos de interesse de todo o corpo funcional. De segunda a sexta-feira, das 7h às 19h, os programas podem ser ouvidos pela intranet, por meio do menu Comunicação Social, no link Rádio STJ. Ao meio-dia é veiculado o jornal STJ Informa, trazendo as notícias internas. O informativo tem duração de cinco minutos e é reprisado sempre às 17h.

Radialista há mais de 30 anos, o analista judiciário Riograndino Tabajara Barbosa se declara um radioouvinte assumido. Minha paixão é o rádio. Sempre acordo, durmo, tomo banho, ouvindo rádio. Servidor da Casa desde sua fundação, Tabajara diz que escutar a rádio do STJ já faz parte de sua rotina. Eu chego ao Tribunal às 7h da manhã e, a primeira coisa, que eu faço ao ligar o computador é abrir a página da rádio do STJ.

As músicas selecionadas são de primeira qualidade e contribuem para um melhor clima no ambiente de trabalho; com o jornal, ficamos bem informados sobre os principais acontecimentos do Tribunal, acrescenta.

Já no início de sua trajetória, a Rádio do STJ participou das comemorações dos 15 anos do Tribunal. No ano de 2005, esteve presente no lançamento do mais novo veículo de comunicação interna do STJ: o Jornal Mural. E, em 2006, acompanhou momentos decisivos da aprovação do Plano de Cargos e Salários (PCS) do Poder Judiciário e da União.

Para o futuro a Coordenadoria de Rádio está cheia de planos e novos projetos. Um deles é o programa Fala STJ, um jornal que irá divulgar as principais decisões do Tribunal e também assuntos internos. O outro é o Giro pelo STJ, que irá promover interna e externamente as atividades de cada unidade. "Todo esse trabalho é para que as pessoas possam conhecer ainda mais o Tribunal e compreender melhor o seu funcionamento e as suas atividades", conta a coordenadora da Rádio, Maria Del Carmen Peón Tamanini. ▪

Ana Carolina – acalmeid@stj.gov.br

Karla Bezerra – Formada em História, servidora do STJ há 14 anos, trabalha na Rádio desde 2004, quando foi criada. "Costumo dizer que estou crescendo junto com a Rádio. O nosso maior desafio é aproximar o Tribunal das pessoas."

Roque Sena – Servidor do STJ desde 1980, está na Rádio desde 2004. Sua primeira experiência como locutor foi como voluntário no Lar dos Velhinhos Maria Madalena, no Núcleo Bandeirante. "A instituição estava promovendo uma festa de aniversário para os idosos e me chamaram para apresentar."

Sebastiana Cândida Alves – Formada em Jornalismo, Letras e Direito, é servidora do STJ desde 1991. Trabalhou na imprensa escrita e também na Comunicação Interna do Tribunal. Essa é sua primeira experiência em rádio, mas tem sido bastante positiva. "Eu gosto muito de rádio, pois ele tem uma linguagem mais acessível, um texto mais livre, e a gente foge do *'juridiquês'*."

Mara Martinez - Jornalista, trabalha em rádio há sete anos, quatro deles, só no STJ. "Em rádio, a gente nem imagina quem está do outro lado nos ouvindo. Uma vez, uma criança de uns quatro anos que me ouvia todos os dias foi me visitar no estúdio, mas ela não conseguia nem falar, tremia tanto, como se eu fosse de outro mundo."

Corban Costa – Trabalha há 17 anos em rádio, já trabalhou na Jovem Pan, na Rádio Globo, Rádio Nacional e está há um ano no STJ. "A relação com o ouvinte é muito interessante. Uma vez, eu estava viajando no interior do Paraná e parei numa lojinha na beira da estrada para comprar um remédio. Eu estava sem dinheiro trocado e fui pagar com cheque, aí o vendedor viu meu nome e me reconheceu. Foi muito legal."

QUALIDADE DE VIDA

Diversas atividades esportivas e de lazer são oferecidas.

Preocupação com a felicidade

Você provavelmente conhece o Programa de STJ de Qualidade de Vida. Não? Então você não sabe que, além de diversos esportes no projeto Vida Ativa, como ioga, natação, capoeira, pilates com bola, o programa também promove a Caminhada da Lua, a Ginástica Laboral, a Corrida do Judiciário, o Projeto Sexta-Viva, o Alvorecer, entre outros?

Qualidade de vida não significa apenas ter saúde física e mental, mas também estar bem consigo mesmo, com a vida e com as outras pessoas. Resumindo, é estar em equilíbrio. Para garantir esse equilíbrio, deve-se ter hábitos saudáveis, como cuidar bem do corpo, ter tempo para lazer, estar de bom humor, saber lidar com situações de estresse e, o principal, sentir que tem controle sobre a própria vida.

Preocupado com isso, há sete anos, o STJ criou o Programa Qualidade de Vida, que, em todo esse tempo, fez servidores mais conscientes e saudáveis, além de mais comprometidos com o trabalho.

Para Silvana Mendes, professora de ginástica laboral e coordenadora da Caminhada da Lua, os servidores estão sempre muito preocupados em se manter bem e, com isso, aumentar a produtividade: "A adesão aos projetos do STJ Qualidade de Vida é muito grande, as pessoas entendem que participar dessas atividades as faz mais felizes e dispostas."

Sartre Gonçalves Santos, da Seção de Programas Sócio-Ambientais, relaciona os inúmeros projetos do Programa: "Há o Vida Ativa, que oferece diversas atividades como hidroginástica, natação, capoeira, pilates. O Sexta-Viva, que trabalha particularmente com os talentos do Tribunal, promovendo feiras temáticas, artesanatos, encontros musicais, concursos de fotografias e redações, entre outros." O Projeto Alvorecer é particularmente interessante, concentra esforços em ações de prevenção de dependência química, promoção da saúde e autoconhecimento. "São realizadas palestras e diversos concursos, estimulando as pessoas a participar e, com isso, promover uma mudança de comportamento", afirma Sartre.

Para Nazária Oliveira Sales, de 52 anos, lotada na Coordenadoria de Taquigrafia, as atividades do Projeto Vida Ativa uniam o útil ao agradável: "Fazia jump, local, pilates, alongamento, participava da caminhada da Lua... ocupava meu tempo e ampliava meu círculo de amizades. Recomendo a todos." ▪

Carolina Nonato – cnonato@stj.gov.br

Foto: Ilkens Souza

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XII - nº 29 JULHO 2007

JUSTIÇA

A 8ª Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Judiciário acontece em novembro no STJ

Intercâmbio de excelência

Pela segunda vez, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) será sede do maior evento de troca de experiências sobre estratégia, gestão e tecnologia da Justiça brasileira. Será a 8ª Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade no Judiciário, que irá acontecer entre 7 e 9 de novembro no auditório da instituição.

As inscrições para a mostra já estão abertas e podem ser efetuadas até o próximo dia 10 de agosto. Uma comissão formada por membros do STJ, Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF1), Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), Superior Tribunal Militar (STM), Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Tribunal Superior do Trabalho (TST) e Supremo Tribunal Federal (STF) irão selecionar 16 trabalhos entre os inscritos para participar da mostra. O resultado da seleção deverá ser divulgado no dia 21 de setembro.

Segundo o coordenador do evento no STJ, José Francisco Alves, da Assessoria de Gestão Estratégica (AGE), os projetos a serem expostos devem estar em estágio avançado de desenvolvimento. "O trabalho já deve ter alcançado resultados e deve estar pronto para servir de modelo para outras instituições", explica. Tanto iniciativas individuais como em grupo podem participar da seleção.

Neste ano, a mostra aceitará projetos acerca dos seguintes temas: Gestão Estratégica; Gestão do Processo Judicial; Tecnologia da Informação Aplicada à Atividade Judiciária; e Gestão de Pessoas. Os interessados em apenas participar do evento, conhecendo os trabalhos e assistindo às palestras também podem inscrever-se gratuitamente (ver quadro).

A 8ª Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade no Judiciário está sendo organizada por uma equipe multidisciplinar integrada por servidores do Conselho da Justiça Federal, da Assessoria de Gestão Estratégica e das Secretarias de Gestão de Pessoas, dos Órgãos Julgadores, de Tecnologia da Informação, de Comunicação Social e Judiciária, estas do STJ.

Ensinar a aprender

Em suas sete edições anteriores, a Mostra Nacional de Qualidade no Judiciário ofereceu números paradigmas para os tribunais do País aprimorarem seu funcionamento, sobretudo nas áreas de estratégia e gestão. O STJ, que apresentou projetos em todas as edições do evento, já aprendeu e ensinou muito a partir do intercâmbio de idéias promovido pela exposição.

Um exemplo é o sistema de Petição Eletrônica, que passou a funcionar em maio último, na página virtual do STJ. Os técnicos da Casa obtiveram muitos subsídios de um projeto semelhante já desenvolvido pelo Tribunal de Justiça de Sergipe (TJSE) e exposto na mostra do ano passado, sediada no próprio TJSE.

Por outro lado, a mostra tem servido para o STJ exportar experiências de êxito. Uma delas é a Gestão Estratégica, cujo projeto já foi exposto por duas vezes e está sendo implementado por diversos tribunais do País. A iniciativa teve seu embrião em 1998, quando foi desenvolvido um plano de gestão para a Secretaria Judiciária do STJ, o que levou o setor a receber a certificação de qualidade ISO:9001.

Desde então, a noção de gestão estratégica cresceu, criando uma nova cultura de investigação, planejamento, determinação de metas, execução e avaliação nas diversas ações do Tribunal. "Um sistema de gestão, mais do que planejamento, é a execução. A gestão pensa a organização de forma estruturada. E toda a organização acaba participando desse processo", explica Ivan Bonifácio, assessor-chefe da AGE.

Ações perenes

A gestão estratégica procura se antecipar aos problemas, analisando falhas e propondo soluções. Com isso, consegue fazer com que ações do Tribunal sejam mais perenes, menos sujeitas a interesses de ocasião. A iniciativa acabou atraindo a atenção de várias outras instituições. "Atualmente, a Justiça brasileira tem recebido uma média de 19 milhões de processos por ano. Com essa demanda cada vez maior, os tribunais já não têm muito espaço para a improvisação. A gestão se torna imprescindível", destaca Bonifácio.

Entre os vários êxitos alcançados pela AGE, destacam-se o aumento do número de julgados – quase 60% a mais neste primeiro semestre em relação ao mesmo período em 2006 – e a economia de 3% em cada um dos últimos três anos nos contratos de serviços do Tribunal. "O dinheiro economizado é investido em outros setores", conta Bonifácio.

Outras metas alcançadas pela AGE são o aumento no número de horas de treinamento de cada servidor, subindo de 30 horas para 40 horas e a redução do custo de cada julgado do STJ – cálculo que se obtém a partir da divisão do orçamento da Casa pelo número de julgamentos realizados. "Hoje, nosso custo é de R$ 2,3 mil por processo. Esperamos chegar ao fim de 2007 com esse valor próximo a R$ 1,8 mil", revela o assessor.

Os métodos elaborados pela AGE já são copiados por instituições como Conselho da Justiça Federal (CJF), Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), Tribunais Regionais do Trabalho de Sergipe (TRT-SE), do Pará (TRT-PA) e do Maranhão (TRT-MA), Tribunal Regional Eleitoral de Goiás (TRE-GO), Tribunal de Justiça de Goiás e a área de tecnologia de informação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). ▪

César Arrais – Arrais@stj.gov.br

Foto: Luiz Antonio

Ana Cláudia, Francisco e Ivan integram a equipe de Gestão Estratégica do Tribunal

8ª Mostra Nacional de Trabalhos da Qualidade do Judiciário

Fique atento aos prazos e regras

Inscrições

Até 10 de agosto pelo e-mail 8mostra@stj.gov.br ou no site www.justicafederal.gov.br

Temas da 8ª Mostra

- Gestão estratégica
- Gestão do processo judicial
- Tecnologia da informação aplicada à atividade judiciária
- Gestão de pessoas

Seleção

Uma comissão julgadora formada por membros do STJ, TRF1, TJDFT, STM, STF e TST selecionará, entre os inscritos, 16 trabalhos para participar da mostra. O resultado será divulgado em 21 de setembro.

Participação no evento

Serão abertas 400 vagas destinadas aos interessados em conhecer os trabalhos expostos e assistir às palestras. A pré-inscrição, gratuita, é até 21 de outubro. Os participantes irão receber certificado.

BIBLIOTECA

Até o final do ano, 50 mil folhas estarão disponíveis na internet

Tesouros Jurídicos *on-line*

Em tempo de internet, encontrar tesouros do passado pode ser fácil como apertar uma tecla. A Biblioteca Digital Jurídica (BDJur) do Superior Tribunal de Justiça (STJ) disponibiliza a íntegra de obras raras em seu site. Foram digitalizadas cerca de 130 obras da Coleção de Obras Raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. O destaque fica por conta dos livros de renomados juristas brasileiros e estrangeiros que contribuíram para o desenvolvimento da ciência jurídica. São obras que datam desde 1.657 até o início do século XX.

O número de livros já disponíveis pode ainda parecer modesto, mas, até o final do ano, 50 mil folhas de obras raras na área do Direito estarão disponíveis na internet. Trata-se da primeira parte do acervo da biblioteca que está sendo digitalizado.

A partir de 1997, foram definidos critérios específicos para formação e avaliação do acervo da Coleção de Obras Raras. Foi quando teve início o seu processamento técnico e também o tratamento como material especial. A primeira fase da digitalização do acervo de obras raras priorizou a conversão para o meio eletrônico de livros jurídicos referentes à hermenêutica, história do Direito, ensaios nos diversos ramos da ciência jurídica e os relativos à teoria processual, com ênfase nas mais antigas.

A coordenadora da Biblioteca Digital, Teresa Basevi, conta que o intuito da criação do acervo digital é disponibilizar todas as 1.850 obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva. "Em um primeiro momento, nossa intenção é disseminar o maior número de obras raras na internet para que a sociedade possa ter acesso a essa informação, algo que antes era difícil e restrito. Além disso, por meio desse sistema, conseguimos uma preservação maior do material", explica.

É esta nova dimensão que o projeto trará à coleção de obras raras da BDJur. De um lado, o contato on-line com livros raros, já que, em uma biblioteca convencional, o acesso a eles se torna restrito devido à necessidade de conservação dos exemplares. De outro, um novo tipo de preservação dos materiais raros e frágeis, além do uso simultâneo de vários usuários. Qualquer cidadão poderá acessar os arquivos, armazená-los em seu computador, ou imprimi-los, já que todas as obras estão em domínio público.

Preservação e disseminação são as palavras perseguidas pela reprodução em meio eletrônico do acervo raro na BDJur. Como conseqüência, espera-se enriquecer o patrimônio cultural e transformá-lo em fontes importantes para a historiografia da ciência jurídica.

Todo esse trabalho faz parte de uma parceria estabelecida em 2007 entre o Ministério da Educação/Unesco e o STJ para digitalizar obras em domínio público a fim de compor o acervo do "Portal Domínio Público" mantido pelo MEC. E o melhor: o acervo está disponível a toda comunidade para consulta local, sempre com o acompanhamento de uma bibliotecária. No entanto, para manter a conservação, não é permitido fotocopiar as obras raras. ▪

Fotomontagem

Não deixe de conferir

"À Margem do Direito: Ensaio de Psychologia Jurídica" de autoria do renomado jurista, filósofo e membro da Academia Brasileira de Letras Pontes de Miranda. Datada de 1912, a obra é um ensaio que distingue a psicologia jurídica como uma teoria basilar do direito e foi, à época, elogiada por juristas como Clóvis Beviláqua e Ruy Barbosa.

"Dualidade da Justiça no Districto Federal ; confronto judiciário brasileiro, argentino e americano", de Enéas Galvão, de 1907. Trata-se de um estudo que demonstra a peculiaridade da Justiça no Distrito Federal, antigo município neutro do Império e então capital da República. Um confronto entre os sistemas judiciários brasileiro, argentino e americano é o instrumento utilizado pelo autor para apresentar a situação da capital federal frente à dualidade de justiça existente entre nós, criação do direito público federal americano copiada pelas instituições argentinas e brasileiras.

Outros destaques da Coleção Obras Raras da BDJur:

- GROTII, Hugonis. Annales et Historiae de Rebus Belgicis. Amsterdam: Joannis Blaev, 1657.
- ROMERO, Sylvio. Ensaios de philosophia do direito. Rio de Janeiro : Cunha & Irmão, 1895.
- HUGO, Gustave. Histoire du droit romain. Paris: Antoine Bavoux, 1825.
- FREITAS JUNIOR, Augusto Teixeira de. Terras e colonisação. Rio de Janeiro: G.L. Garnier, 1882.
- COOLEY, T.M. et al. Constitutional history of the United States as seen in the development of American law. New York: G.P. Putman's, 1889.
- VACCHELLI, Giovanni. Le basi psicologiche del diritto pubblico. Milão: Ulrico Hoelpi, 1895.
- Portugal. Ordenações Filipinas. Ordenações e leis do Reino de Portugal recopiladas por mandado Del Rei D. Philippe o Primeiro. 12. ed. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1824.
- PEREIRA, Lafayette Rodrigues. Direitos de família. Rio de Janeiro: G.L. Garnier, 1869.
- BLACKSTONE, M. Commentaires sur les loix angloises. Bruxelles: J.L. Boubers, 1774.

O que você precisa saber para acessar a Coleção de Obras Raras da BDJur:

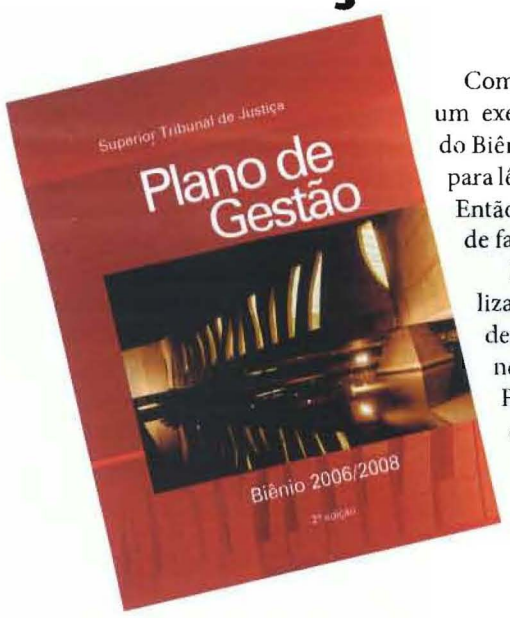
1 - O caminho tem início no acesso ao site da BDJur, em http://bdjur.stj.gov.br, clicando em "Coleções", no topo central da página inicial e depois em "Obras Raras".

2 - Os documentos são a conversão da imagem da obra original para o formato texto. Todos os itens da coleção foram formatados segundo as normas de padronização da BDJur, portanto não se apresentam de forma idêntica ao documento original.

TRIBUNAL

Documento é atualizado para incluir novos projetos, indicadores e metas

Mudanças no Plano de Gestão



Nova edição do Plano de Gestão

Com certeza há na sua unidade um exemplar do Plano de Gestão do Biênio 2006/2008. Você já parou para lê-lo? Conhece seus objetivos? Então não perca a oportunidade de fazê-lo.

Em julho, o Plano foi atualizado para contemplar novos desafios, criando expectativas e novos projetos. É o que afirma Francisco de Assis Ribeiro, da Coordenadoria de Planos de Gestão.

E para que serve o Plano de Gestão? Francisco esclarece que ele promove o alinhamento estratégico de objetivos, indicadores, metas e iniciativas, tendo como referenciais a missão, os cenários externos e internos, os valores institucionais e a visão de futuro do Tribunal.

Passado mais de um ano da sua publicação inicial, o Plano foi atualizado para a inclusão de novos projetos, alterações de indicadores e ajustes de metas.

Uma das mudanças mais significativas foi a alteração da meta 5, que pretende alcançar, no mínimo, dez mil pessoas com os projetos de cidadania do STJ. "Antes eram seis mil, mas, como só em 2006 já foram beneficiados mais de sete mil, resolvemos ampliar. Além de estar previsto para este ano o lançamento da Cartilha Básica de Direito", afirma Ana Cláudia Almeida Abreu Faria.

A cartilha, que ainda está em fase de elaboração e vai conter assuntos jurídicos tratados de maneira simples, vai ser distribuída para dez mil pessoas como forma de mostrar a preocupação do Tribunal com a sociedade.

Um novo projeto a ser implantado será o sistema de protocolo descentralizado por auto-atendimento, que possibilitará a apresentação e o registro de petições em diversos pontos do Tribunal. Isso permitirá aos advogados o lançamento dos dados da petição, com o fornecimento do protocolo preliminar a ser validado da Seção de Protocolos e Petições.

Passar de 30 horas por ano para 40 horas o treinamento dos servidores também é uma meta que foi modificada e que se espera poder alcançar. A justificativa é aperfeiçoar a execução das atividades do Tribunal, assegurando oportunidades constantes de treinamento aos servidores. ▪

Carolina Nonato – cnonato@stj.gov.br
Jordana Araújo – jordana@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XII • nº 30 AGOSTO 2007

SERVIDOR

Fumar no local de trabalho exige paciência, disposição e criatividade

É proibido fumar

Desde 1996, quando foi editada a lei que proibiu o uso de cigarros ou de qualquer outro produto derivado do tabaco em recinto coletivo, privado ou público, fumar no local de trabalho passou a exigir paciência, disposição e muita criatividade. Paciência para ouvir as eternas recomendações médicas dos não-fumantes, disposição para se deslocar aos locais onde é permitido fumar e criatividade para burlar a vigilância das câmeras e dos sensores de fumaça.

No Superior Tribunal de Justiça, a ausência de fumódromos dentro dos prédios já funciona como um fator restritivo e inibidor para os fumantes. Como só é permitido fumar nas áreas externas do Tribunal, o servidor precisa descer até sete andares para fumar e depois fazer todo o trajeto de volta ao seu local de trabalho.

Alguns preferem fumar escondido nos corredores. A estratégia consiste em localizar um ponto não coberto pelas câmeras de vídeo, colocar parte do corpo para fora das janelas – para a fumaça não ser detectada pelos sensores – e fumar o mais rápido possível. Por ser uma tarefa árdua, ela é utilizada por poucos. "É ridículo, mas às vezes é preciso recorrer a esse artifício. Sinto-me um criminoso tendo que fumar escondido", afirma um servidor que, por razões óbvias, prefere não se identificar.

O cheiro do cigarro também denuncia que alguns utilizam os banheiros para saciar seu vício. Para não levantar suspeita, eles nunca usam o banheiro próximo de sua sala: quanto mais distante do seu local de trabalho melhor.

Quando bate aquela vontade de fumar, trabalhar nos andares mais baixos chega a ser um privilégio. Os fumantes da Secretaria de Comunicação Social e da Coordenadoria de Taquigrafia, por exemplo, contam com essa facilidade. Como trabalham no térreo do Edifício dos Plenários, bastam alguns passos para exercerem seu direito de "pitar" ao ar livre. E como o prédio não tem janelas, a rápida saída para a "fumadinha básica", também é uma oportunidade para ver o céu, o sol ou a chuva.

Tarefa difícil

O fumante conhece os malefícios do cigarro e sabe que seu vício incomoda. Mas parar de fumar não é tarefa fácil. O cigarro provoca forte dependência e é um hábito muito difícil de ser controlado. Estudos indicam que pouco mais de 3% dos tabagistas que gostariam de largar o vício conseguem parar por conta própria. O tratamento pode durar até um ano, conforme o grau de dependência da pessoa em relação à nicotina, e do ponto de vista médico só é considerada não-fumante a pessoa com abstinência mínima de seis meses.

Pesquisas indicam que, após 20 minutos sem fumar, a freqüência cardíaca começa a ficar próxima da normal; que, após 12 horas, os níveis de monóxido de carbono caem substancialmente; que, de duas semanas até três meses, a circulação melhora e os pulmões conseguem funcionar melhor; que, com um ano, reduz-se em até 50% o risco de sofrer doenças cardíacas e que, com 15 anos sem fumar, o risco de sofrer doenças cardíacas torna-se igual ao de uma pessoa que nunca fumou.

Ajuda para parar

Muitas empresas realizam campanhas educativas em relação ao tabagismo e disponibilizam programas para ajudar seus empregados a largar o vício. Vale tudo: de terapias alternativas a tratamentos médicos à base de antidepressivos, adesivos e goma de mascar. Em todas elas o princípio básico é o da participação voluntária, nenhum empregado pode ser obrigado a aderir ao programa.

E é justamente por causa dessa falta de participação voluntária que o STJ não possui um programa específico de abordagem e tratamento de combate ao fumo. Em todas as tentativas realizadas pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde, o índice de adesão ao programa e de participação nas palestras foi zero, absolutamente zero. "Optamos pela estratégia de oferecer os instrumentos para que o servidor pare de fumar, mas o processo começa, necessariamente, pela determinação do fumante. Ele é o único responsável pela sua decisão", explica o coordenador de Saúde Ocupacional e de Prevenção do STJ, Andral Codeço Filho.

O STJ não possui programa específico, mas disponibiliza profissionais qualificados para atender e orientar os fumantes a modificar seus hábitos comportamentais, utilizando-os no combate ao vício. A equipe conta com médicos, psicólogos, enfermeiros e outros profissionais da saúde, mas não inclui, em qualquer fase do processo, o fornecimento de medicamentos e adesivos gratuitamente para os empregados que quiserem parar de fumar. Por meio do Pró-Ser, o STJ também indica profissionais credenciados para esse tipo de atendimento.

Segundo Andral Codeço Filho, como o índice de tabagismo é muito baixo no STJ, não oferecer um programa específico é uma decisão logística. Para ele, o fornecimento ou reembolso de medicamentos e adesivos acaba desestimulando o processo: "o uso de medicamentos deve ser visto como a última instância, como a solução final", ressalta o médico.

Dados da Secretaria mostram que apenas 11% dos servidores ativos do Tribunal são fumantes, percentual bem abaixo da média nacional, que chega a 23%. A demanda é tão baixa que neste ano o STJ não terá sequer o Dia Nacional de Combate ao Fumo, tradicionalmente comemorado no dia 29 de agosto.

Nos últimos anos, a Secretaria aproveitou o dia para alertar sobre os malefícios do cigarro distribuindo material educativo, fazendo teste no monoxímetro (aparelho que mede a quantidade de monóxido de carbono no pulmão de fumantes e não-fumantes) e disponibilizando endereços de serviços oferecidos às pessoas que desejam parar de fumar. Neste ano, a campanha será incorporada à IX Semana da Saúde e Qualidade de Vida, que será realizada entre os dias 11 e 14 de setembro. ▪

Mauricio Cardoso – mauricio.cardoso@stj.gov.br

Fotomontagem

Foto: Luis Antonio

Onze por cento dos servidores do STJ são fumantes

Serviço

www.Euqueroparar.com.br
www.antitabagismo.com
www.maissaudebrasil.com.br
www.tabagismo.com.br
www.fumo.com.br
www.ampta.com.br

TRIBUNAL

A central foi criada para facilitar a vida do usuário dos serviços da Secretaria de Administração

Ligue 8080

A luz queimou, a cadeira quebrou, o ar-condicionado está esfriando demais ou sua equipe aumentou e será preciso reformar a sala. Todos os dias acontecem no Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma infinidade de situações como essas. A solução, no entanto, pode ser buscada em um único lugar: no ramal 8080, a central criada para facilitar a vida dos usuários dos serviços da Secretaria de Administração e Finanças (SAF), ou seja, praticamente todos os integrantes deste Tribunal, cerca de três mil pessoas, entre ministros e servidores. O contato também pode ser feito pelo computador, basta acessar o ícone i (de cor azul, que fica no canto inferior direito da tela) e acessar o sistema S.I.G.A – Sistema de Gerenciamento de Atendimento.

A idéia surgiu da necessidade de tornar mais eficaz o atendimento da SAF. A solução foi adaptar um sistema que já era utilizado na Informática. A adaptação foi feita pelos próprios técnicos do STJ, o que significou uma economia de quase R$ 1 milhão. Diariamente, os seis atendentes da Central recebem cerca de 150 chamadas que são registradas e direcionadas para o setor específico.

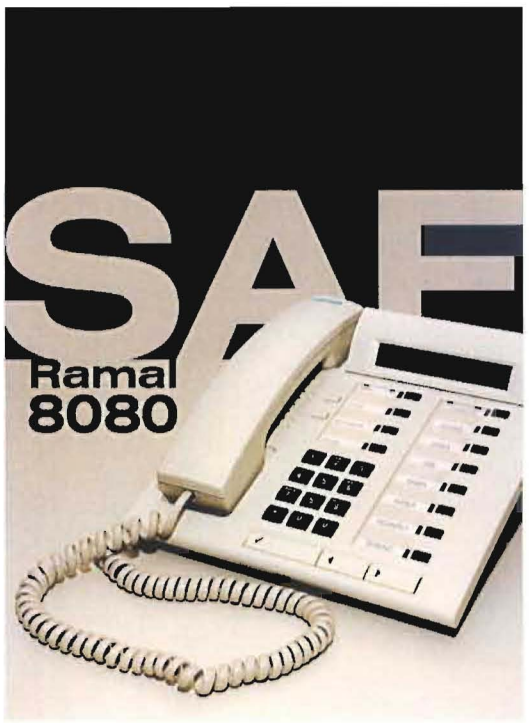
Atualmente a SAF é a maior secretaria do STJ, com 224 servidores, 22 estagiários e quase 500 terceirizados. Reúne profissionais das mais diversas áreas, entre engenheiros, advogados, administradores, que cuidam de toda a parte de infra-estrutura e serviços da instituição, administrando um orçamento de quase R$ 900 milhões anuais.

Opinião de quem utiliza os serviços

A central telefônica e o S.I.G.A. foram criados para facilitar a vida de quem precisa dos serviços e também daqueles que os executam. Um exemplo é Luiz Alberto Pedro Areal, chefe da Seção de Administração de Edifícios, que credita ao sistema o fim dos ruídos na comunicação. "A Central concentrou as ligações e passou a evitar os conflitos de informação. Antes, quando o cliente acionava diretamente cada unidade, havia muita confusão. Agora o chamado parte de um único lugar e chega à minha tela assim que é registrado, com todas as informações necessárias", comemora. Essa organização também diminuiu o prazo de atendimento que, segundo Pedro Areal, é de menos de dez minutos em seu setor.

Os usuários confirmam a eficácia do sistema. Mônica Azambuja, chefe de gabinete do ministro Napoleão Nunes Maia Filho, conta que acionou a Central para solicitar diversos serviços na época da posse do ministro, em maio deste ano. "O atendimento foi sempre rápido e eficaz", garante. No gráfico da Secretaria, a servidora ocupa o quinto lugar no ranking dos clientes que mais solicitaram atendimento no período de 1º/04 a 12/08.

Outra servidora que utiliza bastante os serviços da SAF é Taís Villela, funcionária da Coordenadoria de Programação Visual da Secretaria de Comunicação Social. Ela diz que faz todos os seus pedidos pela intranet e que a resposta é sempre rápida. Ela explica que, com a Central, o seu setor ganhou em agilidade e eficácia, pois não precisou mais se preocupar com a cobrança dos serviços a serem prestados pelas empresas terceirizadas ao STJ. "Como a Seção tem prazo de atendimento, eles mesmos fazem essa cobrança e nós não precisamos mais telefonar para as gráficas para confirmar recebimento de material, cobrar cópias ou solicitar respostas, é tudo feito pela SAF", diz a servidora. Sua Seção agradece, e o STJ também! ▪



Ana Gleice Queiroz – ana.rodrigues@stj.gov.br

INFORMÁTICA

Apesar do filtro, milhares de spams invadem o Notes do Tribunal diariamente

Spam, spam, spam, sua caixa é o alvo

Aqueles spams que a gente recebe se assemelham bem a enlatados americanos, uma espécie de *junk food* cibernético. Acredita-se, inclusive, que aí está a origem da palavra daquilo que passeia pela rede e assoberba as caixas de correio de todo mundo: carne de porco conservada em lata ou a última solução no caso da fome. Só no hotmail são três bilhões de e-mails interceptados todos os dias. Mensagens e mais mensagens que divertem, mas, às vezes, aborrecem o usuário.

Aqui no STJ, apesar do filtro customizado pela informática, os spams invadem o notes. "É impossível interceptá-los 100%", esclarece a secretária da área, Solange Cabral. O que mais chega às caixas diariamente são aqueles relativos a empréstimos – como se fosse característica desse público estar sempre no vermelho. Também chegam aqueles relacionados a viagens, a momentos de êxtase espiritual, ou os mais aguçados sexualmente.

"O perigo dessas mensagens é que elas jogam com a distração", explica o chefe da Seção de Segurança de Rede, Cristiano Soares. "E, às vezes, o servidor pode ser tentado a abrir arquivos ou conceder informações indevidas. Solange acrescenta que há também a questão do zelo com o endereço da instituição."Aquilo que a gente envia reflete, de alguma maneira, o que somos, e o que somos envolve a imagem da instituição". Ela sugere que o servidor tenha sempre duas contas de e-mail: uma para assuntos pessoais e outra para assuntos profissionais. Boas dicas de uso privado são o Gmail e o serviço prestado pelo UOL. ▪

Catarina França – catarina@stj.gov.br

Dicas da Informática para e-mails mais saudáveis

- evite informar seu e-mail em qualquer lugar;
- lista de discussão é alvo fácil. Há softwares especializados em varrer esses endereços na web;
- não clique em avançar sem antes ver do que se trata;
- tenha sempre duas contas de e-mail: uma pessoal e outra profissional;
- se receber uma mensagem indesejada, em hipótese alguma responda ao spammer. Pode ser uma armadilha para ver se o endereço é realmente utilizado.

Invista em suas idéias

Um canal permanente de contato entre servidores e a administração! Esse é o Banco de Idéias, um programa criado especialmente para registrar sugestões que visem à melhoria do Tribunal. Trata-se de um novo modelo em substituição ao Prêmio Servidor, nele as idéias são registradas e periodicamente analisadas pelo Comitê do Clima Organizacional, que vai decidir se implementa ou não a proposta. A partir de agora, as sugestões podem ser aproveitadas no melhor momento e não mais apenas uma vez ao ano, como ocorria com o Prêmio Servidor. A premiação é anual. ▪

Tênis

Vem aí o evento esportivo do ano: o II Aberto de Tênis do Poder Judiciário. Organizado pelo STJ, o torneio ocorre de 15 a 23 de setembro e promete apresentar um recorde de participantes. A previsão da administração é que ultrapasse o número de cem atletas inscritos. Este ano traz algumas novidades: além das categorias iniciantes, estreantes, federados e de duplas masculinas e femininas, também haverá a categoria duplas mistas – homens e mulheres juntos, formando uma equipe. O local também é outro: o Clube do Exército. Agora é só preparar as raquetes e mostrar todo o seu talento. ▪

Gestão de Custos

Do dia 26 a 28 de setembro ocorre, no auditório do Superior Tribunal de Justiça (STJ), o Congresso de Gestão de Custos na Administração Pública. O evento, promovido pelo STJ em parceria com o Conselho da Justiça Federal (CJF), objetiva conscientizar os gestores dos órgãos públicos da importância de se preocupar com a otimização do uso dos recursos postos à sua disposição. O Congresso vai reunir os órgãos públicos que já implementaram ou que estejam desenvolvendo sistemas de custos. O objetivo é que relatem suas experiências, alimentando o debate do assunto em âmbito nacional e contribuindo para a modificação da cultura gerencial na administração pública. As inscrições podem ser feitas até o dia 16 de setembro. ▪

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XII - nº 31 SETEMBRO 2007

LÍNGUA PORTUGUESA

Brasileiros devem se preparar para mudança ortográfica

O português vai mudar...

Você já teve algum tipo de dúvida ao colocar o hífen? E o trema, aqueles dois pontos que ficam em cima da letra u, já o preocupou alguma vez? Se sim, então, prepare-se! Não há um dia marcado, mas o Brasil começa a se organizar para a reforma ortográfica que vai ocorrer com a Língua Portuguesa. No total, serão 20 bases de mudança, como o fim do trema, a supressão de consoantes mudas, novas regras para o emprego do hífen, a inclusão das letras w, k e y no alfabeto, entre outras modificações.

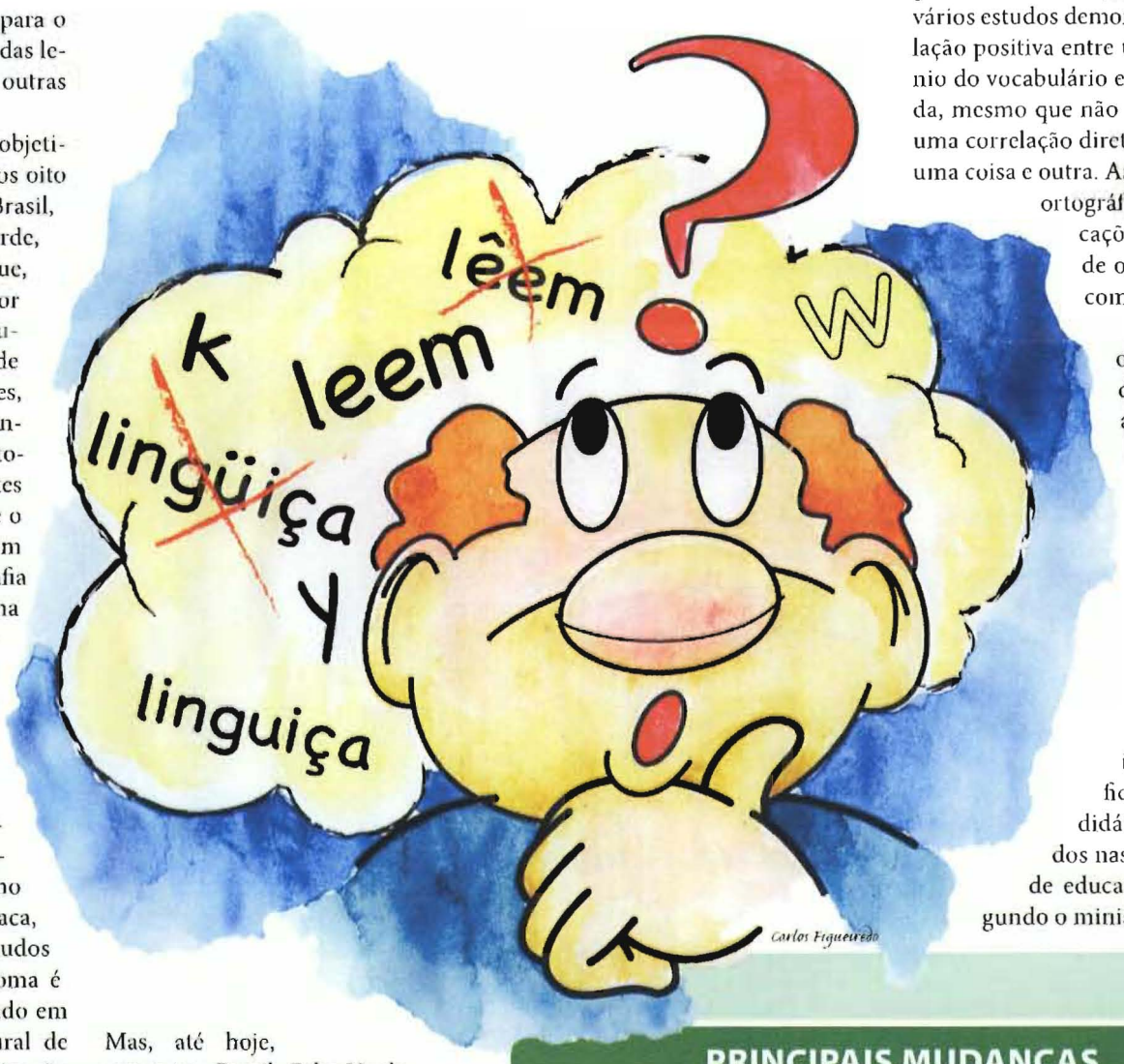
As alterações têm como objetivo aproximar culturalmente os oito países falantes da língua (Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor Leste), que compõem a comunidade de quase 200 milhões de pessoas, nos três continentes, que têm o português como língua oficial. Com o acordo ortográfico, as diferenças existentes entre o português do Brasil e o de Portugal serão resolvidas em 98%. A unificação da ortografia acarretará alterações na forma de escrita em 1,6% do vocabulário usado em Portugal e de 0,5% no Brasil.

Para o professor de português Marcelo Paiva, que é a favor do acordo em seu aspecto técnico, a unificação do português aumenta o conceito da língua como Nação. "Nosso país se destaca, cada vez mais, no mundo. Estudos indicam que o valor do idioma é imenso. No mundo globalizado em que vivemos, o poder cultural de um idioma aumenta a participação da Nação não só economicamente. Em todo mundo, 4% dos que entram na internet usam o português como idioma. Essa participação aumentou sensivelmente no último ano", assinalou.

Já a professora e assessora da presidência do STJ Judite Amaral considera que o acordo trará transtornos de ordem fonética. "Do modo como o acordo se apresenta, não posso aprová-lo. Como poderia ser a favor se, dos sete itens referentes à nossa ortografia, somente dois não nos trariam transtornos de ordem fonética? Nos demais, é proposta a eliminação de sinais de suma importância para o português brasileiro", afirmou.

Acordo

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa foi assinado em 1990 pelos países que falam a nossa língua na Europa, América Latina e na África. É fruto de um trabalho desenvolvido pela Academia Brasileira de Letras e pela Academia de Ciências de Lisboa, Portugal, desde a década de 1980. O objetivo era colocá-lo em vigor em 1994 e mediante a ratificação de todos os membros.



Mas, até hoje, somente o Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe o fizeram.

Segundo o Ministério da Educação, o acordo possibilitará, entre outras facilidades, a criação de normas ortográficas comuns para as variantes da língua portuguesa, facilitará a difusão bibliográfica e de novas tecnologias, reduzirá o custo econômico e financeiro da produção de livros e documentos. Permitirá, ainda, aprofundar a cooperação entre as nações que falam o português – terceira língua ocidental mais falada no mundo, depois do inglês e do espanhol – aumentando o fluxo de livros e publicações em todas as áreas, além de favorecer a produção de materiais para a educação a distância.

Entretanto, Portugal ainda está muito resistente à reforma. Segundo Paiva, o governo português deseja 10 anos de transição, enquanto o governo brasileiro acena com uma transição de 12 meses. "Não se fala muito do acordo em Portugal. Apenas os especialistas debatem o assunto. Entre as pessoas com quem conversei, só encontrei pessoas contrárias. Entre os entendidos, a opinião é que o Brasil quer impor a Portugal as alterações. E é verdade. As alterações em Portugal serão bem maiores", disse o professor.

Preocupação

Essa unificação está gerando uma grande preocupação, principalmente em grupos em que dominar a norma culta de um idioma é a plataforma mínima de sucesso para profissionais de todas as áreas. Segundo a revista Veja (edição 2.025), vários estudos demonstram a correlação positiva entre um bom domínio do vocabulário e o nível de renda, mesmo que não se possa traçar uma correlação direta e linear entre uma coisa e outra. Assim, a reforma ortográfica tem implicações profundas de ordem técnica e comercial.

Além disso, o Ministério da Educação aguarda a definição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) sobre a vigência do acordo ortográfico para iniciar a modificação dos livros didáticos distribuídos nas redes públicas de educação básica. Segundo o ministério, será preciso um intervalo de, no mínimo, um ano após o início da vigência do acordo para que os livros didáticos distribuídos pelo MEC contenham as mudanças ortográficas.

Manuais de redação

Para quem tem dúvidas sobre o emprego da língua padrão ou sobre a forma mais adequada dos documentos oficiais, o STJ tem dois manuais publicados que ficam disponíveis para consulta na intranet. Um deles, o Manual de Redação e Revisão, traz respostas para as dúvidas mais freqüentes sobre emprego de palavras, questões de concordância, regência, crase e pontuação, enfim, os problemas mais comuns enfrentados por quem escreve. O acesso a esse Manual segue o caminho Mais links / publicações/ Manual de Redação e Revisão.

A segunda publicação, Manual de Atos Oficiais e Administrativos, visa "à comunicação eficiente e à documentação uniformizada", orientando principalmente quanto aos "preceitos da redação oficial". As normas dele constantes foram aprovadas pela Portaria n. 63, de 3 de março de 2007. O caminho eletrônico para ter acesso às informações é este: Mais links / gestão estratégica / qualidade e o & m / o& m / Manual de Atos Oficiais e Administrativos. ▪

Cristine Genú, com colaboração de Mari Del Fiaco – genu@stj.gov.br e mari.fiaco@stj.gov.br

PRINCIPAIS MUDANÇAS

Alfabeto: o alfabeto, que atualmente possui 23 letras, será acrescido de mais três: k, y e w.

Trema: o trema será totalmente eliminado das palavras portuguesas ou aportuguesadas, sendo usado apenas em palavras derivadas de nomes próprios estrangeiros, como, por exemplo, mülleriano, de Müller.

Hífen: a regra para uso de hífen será simplificada.

Acentuação gráfica: não serão assinalados com acento gráfico os ditongos *ei* e *oi* de palavras paroxítonas, como assembléia, idéia e jibóia.

Circunflexo: cai o circunflexo que assinala a tônica fechada de certas formas verbais paroxítonas nas quais há duas letras *e*, como crêem, lêem. Também desaparece o circunflexo de paroxítonas com *oo* no final, como vôo e enjôo.

TRIBUNAL

Os servidores do STJ e CJF puderam aprender como melhorar a qualidade de vida

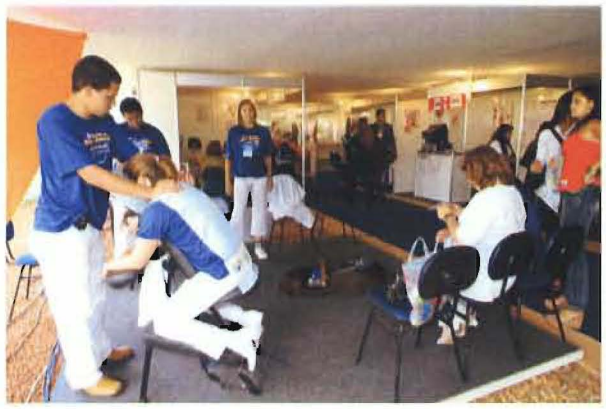
Semana de Saúde é um sucesso

Qualidade de vida não significa apenas que o indivíduo ou o grupo social tenham saúde física e mental, mas também que se sintam bem com eles mesmos, com a vida, com as pessoas que os cercam, enfim, ter qualidade de vida é estar em equilíbrio. Pensando nisso, a Secretaria de Serviços Integrados de Saúde promoveu a IX Semana da Saúde e Qualidade de Vida, com o tema "Bem-estar e acessibilidade". Aproximadamente 4.200 pessoas participaram. As atrações foram diversas: mais de 20 eventos ocorreram simultaneamente.

Antes mesmo da abertura oficial do evento, já acontecia a doação de sangue para a unidade Fundação Hemocentro de Brasília. A unidade móvel atendia quem preenchia os requisitos necessários para doar e ajudar a quem precisa. Na abertura, todos os participantes puderam prestigiar uma apresentação do coral Corte em Canto e em seguida uma conferência com o cirurgião cardiovascular Lyzandro Cavalcanti sobre longevidade.

Já na entrada dos estandes, os servidores recebiam uma cartilha com um guia para a saúde financeira, com diversas dicas e informações e, de brinde, ganhavam um porta-moedas. No estande de fitoterapia, as pessoas puderam experimentar cheiro de ervas diversas e provar suco e chá de capim-santo, que tem propriedades calmantes, anti-depressivas e diuréticas.

Fotos: Sandra Fado



Atividades oferecidas foram um sucesso

Oficina dos sentidos

Um dos grandes sucessos da Semana foi a Oficina dos Sentidos. Nela, os participantes trabalharam os quatro sentidos: olfato, paladar, tato e audição. Puderam andar em cadeiras de rodas e compreender mais sobre o que é ter dificuldade de locomoção. O objetivo da oficina foi conscientizar de que ser diferente é normal e de que discriminação e preconceitos não levam a nada.

A oficina contou com o apoio do Instituto Cultural Profissionalizante de Pessoas Portadoras de Deficiência (ICP), projeto Cão Guia do GDF e da ONG Ser Diferente é Normal. Cães labradores passearam pelo Tribunal, na tentativa de sensibilizar o público para a necessidade de adoção desses cães por um período de um ano; depois desse período, são devolvidos para a OnG treiná-los e entregá-los aos deficientes visuais.

Uma das atrações mais concorridas foram as aulas de culinária com a chef Leninha Camargo, do Grand Buffet. De risotos a saladas, passando por pães e grelhados. "A preparação do prato foi muito rápida, eu adorei. A chef também era muito atenciosa e tirava todas as dúvidas", conta a funcionária terceirizada Valéria Prado.

Para a saúde, os participantes puderam aproveitar a oficina de gerenciamento de estresse para conhecer técnicas de respiração adequada, exames de pressão ocular, de pressão arterial, de saúde do coração e serviços odontológicos. Mais de 800 pessoas mediram o nível de glicemia e pressão arterial. Foram distribuídas cartilhas e fôlderes, além de prestados esclarecimentos in-loco sobre cada modalidade e distribuídos vários brindes.

Quem não sabia como estava o nível de colesterol pôde fazer exames na hora e sanar as dúvidas. Além disso, mais de 300 pessoas receberam vacinas, entre elas a dupla (difteria e tétano), febre amarela, tríplice viral (rubéola, sarampo e caxumba) e a preventiva de rubéola.

As servidoras Vera Lúcia Nakano e Celi Canovas fizeram exame de vista e teste de ergonomia e garantem que adoraram a semana. "Estava muito amplo e com muitas coisas para se fazer. Deveriam ser Semanas da Saúde", brinca Celi. ▪

Carolina Nonato – carolina.nonato@stj.gov.br

Viajando com o Planejamento

A Coordenadoria de Planos de Gestão preparou uma promoção on-line especialíssima para você. É o prêmio "Viajando com o Planejamento", que vai sortear um pacote turístico com direito a acompanhante para o Rio Quente Resorts. Serão sorteados também outros prêmios.

Para concorrer, basta responder a 16 questões sobre o Plano de Gestão do STJ. Quem acertar 12 respostas ou mais estará automaticamente classificado para o sorteio que acontecerá no dia 5 de outubro. ▪

TRÂNSITO

Número de mortes nas faixas de pedestres bateu recorde em 2006

Faixa da insegurança

Na pista de acesso à portaria ao lado da Taquigrafia, apenas os cones indicam a existência de uma faixa de pedestre. A pintura no asfalto está tão apagada que é quase impossível enxergá-la. As placas existem, mas são constantemente ignoradas pelos motoristas. Por ser a via mais movimentada ao redor do Tribunal, atravessar ali se tornou uma aventura perigosa.

A má sinalização se repete nas outras três faixas de pedestres em portarias do STJ. O vigilante Júlio César da Silva observou que muitas pessoas saem do Tribunal com pressa e não olham direito antes de atravessar. Além disso, "os carros passam muito rápido", constatou Júlio, que trabalha na entrada próxima aos bancos. "É cada freada que o coração da gente gela!", afirmou a recepcionista Eliene Silva. Ela acredita que um quebra-molas melhoraria a situação.

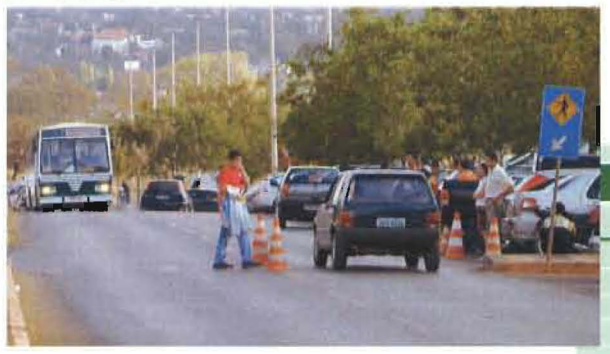
A combinação de sinalização inadequada, pressa e falta de respeito e atenção tem gerado muitos sustos nos pedestres que precisam atravessar a rua para entrar no STJ. Marcela Rosa, funcionária terceirizada, já passou por vários sufocos e por pouco não foi atingida por um carro em uma das faixas do tribunal. "O motorista havia parado, mas estava falando no celular e, de repente, avançou. Dei um pulo e, mesmo assim, o carro quase tocou na minha perna", lembra Marcela, que felizmente não se machucou.

Em abril de 1997, início do respeito à faixa, havia 300 faixas no Distrito Federal. Hoje estão instaladas nas vias urbanas aproximadamente 4 mil, que ajudaram a preservar muitas vidas. Comparando os anos de 1995 e 1996 com os dois últimos anos, elas contribuíram com redução em 49% do número de atropelamentos fatais.

Mas as estatísticas do Detran comprovam que o brasiliense está mesmo deixando de respeitar o pedestre. Prova disso é que em 2006, ano em que a cidade deveria comemorar dez anos de respeito à faixa, foi registrado um número recorde, desde 1997, de mortes justamente onde quem está a pé deveria estar seguro. Foram mortas dez vítimas, sendo nove pedestres e um ciclista. (veja quadro)

Nas dez ocorrências fatais registradas, ficou comprovado que o fator humano, ou seja, a conduta do motorista, motociclista ou pedestre, contribuiu para o acidente. Em 80% houve envolvimento determinante do condutor e em 20% do pedestre. A falta de atenção ao ultrapassar um veículo já parado na faixa foi identificada em 60% dos casos. As condições das vias também estão entre as causas dos acidentes.

Foto: Ilkens Souza



O pedestre concorre com o carro

A manutenção da sinalização de trânsito é responsabilidade da Divisão de Engenharia de Trânsito do Detran/DF. O chefe da Seção de Segurança de Áreas e Instalações do STJ, Nelson Elias, informou que a Secretaria do Tribunal já encaminhou cinco ofícios ao órgão, inclusive em mãos, solicitando não só nova pintura para as faixas de pedestres, como também pintura de vagas para idosos e deficientes e instalação de quebra-molas. O último ofício, segundo Nelson Elias, foi encaminhado no mês passado. "Os pedidos nunca foram atendidos e o Detran sequer se manifestou a respeito deles", afirmou.

A assessoria do Detran informou apenas que 1.140 faixas serão revitalizadas neste ano, mas não soube apontar a localização delas. O STJ segue insistindo, mas não pode tomar a iniciativa de refazer a sinalização por conta própria. Enquanto as providências não chegam, o pedestre deve se proteger mais, afinal, é o maior prejudicado em caso de acidente. Antes de atravessar a faixa, dar sinal com a mão e aguardar os carros pararem são atos obrigatórios. ▪

Mortes nas ruas do DF

Ano	Vítimas mortas	Pedestres mortos	Vítimas na faixa
1997	465	202	2
1998	430	153	1
1999	475	195	3
2000	432	149	5
2001	421	165	4
2002	444	157	5
2003	512	158	6
2004	423	139	5
2005	442	163	7
2006	414	132	10
Total	4.458	1.613	48

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XII • nº 32 OUTUBRO 2007

TRIBUNAL

Gestão por Competências serve de ferramenta para a melhoria contínua de seus serviços à sociedade

STJ a caminho da excelência

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) apresenta mais um importante projeto para o STJ e, sobretudo, para os servidores: a Gestão por Competências. O Tribunal é um dos primeiros órgãos do Poder Judiciário a implantar essa modalidade de gestão, o que torna a instituição uma referência às demais entidades. Essa nova concepção em administração de recursos humanos tem por foco o indivíduo e o que ele oferece à instituição para cumprimento da missão e alcance da visão de futuro do STJ, ou seja, o fundamental é o que o indivíduo entrega, agrega de valor à organização, apoiando-se nos conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experiências acumuladas.

A princípio, o sistema de Gestão por Competências representa uma forma diferente de olhar as pessoas: não apenas as tarefas exercidas, mas a sua contribuição efetiva para a organização. No futuro, a ferramenta permitirá também a adoção de um sistema de promoções de servidores pelo grau de agregação de valor à instituição, diferentemente do em vigor – em que a remuneração segue, principalmente, o parâmetro de tempo no cargo. "Isso ainda vai demorar para entrar em discussão, mas será importante para os servidores, por exemplo, quando da elaboração de um novo plano de carreira", ressalta Ana Lúcia Mota, coordenadora de Desenvolvimento de Pessoas.

Outras utilizações previstas para a Gestão por Competências envolvem o aperfeiçoamento dos processos de movimentação de pessoas e de recrutamento de servidores dentro do Tribunal. Eles passarão a levar em conta o desenvolvimento do servidor e suas perspectivas diante da possibilidade de mudança para outra área. Essa situação, segundo Ana Lúcia, reforça o propósito da Gestão por Competências, que é o de promover o desenvolvimento do servidor individualmente no contexto do grupo em que atua e na organização.

A coordenadora destaca a diferença do modelo atual e o de competências. "Hoje, a administração de recursos humanos enfoca as atividades previstas para cada cargo, seja técnico judiciário, analista judiciário área-fim, área-meio, entre outros. Já na Gestão por Competências, o enfoque é dado às atividades exercidas pelo servidor segundo exigências da área em que está lotado e que são cada vez mais complexas e ao grau de mobilização do servidor na execução dessas tarefas".

Ana Lúcia ressalta uma frase usada em diversas áreas da instituição: "Aqui todo mundo faz a mesma coisa, seja técnico, analista, chefe...". Esta é uma das concepções que precisa mudar com a implantação da Gestão por Competências. "Com a nova concepção, inserida na gestão de pessoas, busca-se compatibilizar as experiências adquiridas na trajetória profissional do servidor com as necessidades da área em que ele está atuando".

Foto: Sandra Fado

Ana Lúcia Mota: a Gestão por Competências poderá modificar, no futuro, o sistema de promoções dos servidores

TRAJETÓRIA GERENCIAL – servidores que ocupam função comissionada ou cargo em comissão de natureza gerencial.

TRAJETÓRIA DE ASSISTÊNCIA E ASSESSORAMENTO – servidores que ocupam função comissionada de natureza não gerencial e que atuam no apoio direto à prestação jurisdicional ou no apoio administrativo.

TRAJETÓRIA JUDICIAL – servidores não comissionados, de nível superior, que atuam no apoio direto à prestação jurisdicional.

TRAJETÓRIA ADMINISTRATIVA – servidores não comissionados, de nível médio ou superior, que atuam na área de apoio administrativo.

TRAJETÓRIA ESPECIALIZADA – servidores com exigência de formação específica, de nível médio ou superior, conforme concurso público para investidura no cargo e, quando exigido, registro no órgão fiscalizador do exercício da profissão.

Foto: Sandra Fado

Tabela de Trajetórias e Níveis

Gerencial	Assessoria	Judicial	Administrativa		Especializada	
4						
3	2	NV MÉDIO	NV SUPERIOR	NV MÉDIO	NV SUPERIOR	NV MÉDIO
2		3	3		3	
1	1	2	2		2	
		1	1	3	1	3
				2		2
				1		1

Maximiliano Tamer destaca que a avaliação de desenvolvimento vai contribuir para a melhoria dos serviços da instituição

Primeiros Passos

A SGP desenvolve as etapas do projeto de implantação da Gestão por Competências desde outubro de 2003. Várias reuniões e *workshops* foram realizados com gestores para a análise da realidade do Tribunal e o levantamento das necessidades para a melhoria contínua dos serviços oferecidos à sociedade.

Entusiasta do projeto, o assessor Maximiliano Tamer, do gabinete da ministra Laurita Vaz, participa do grupo de gestores desde as primeiras reuniões deste ano. "A Gestão por Competências é uma quebra de paradigmas, pois há o rompimento do modelo atual de administração de recursos humanos em direção ao modelo mais moderno de gestão para que a organização possa atingir as metas, cada vez mais exigentes, da sociedade".

Os gestores que participam da fase atual do projeto formaram o Grupo de Modelagem – responsável pela definição das competências de referência para o servidor em cada nível de desenvolvimento na instituição. Esses critérios orientam o crescimento do servidor e a avaliação da sua contribuição efetiva. À medida que a pessoa atende essas expectativas, é estimulada a experimentar situações mais complexas, o que implica desenvolvimento profissional e pessoal.

Como exemplo prático, podemos destacar o caso de um analista judiciário – área-fim recém-empossado. Quando esse servidor chega ao STJ, é enquadrado no Nível 1 de competências previstas para sua atuação. À medida que percebe melhor o contexto do Tribunal, o servidor adquire conhecimentos das atividades desenvolvidas pela Corte e aplica esses valores em suas atribuições e responsabilidades. Com isso, capacita-se para desenvolver atividades mais complexas. Ele, então, poderá aproveitar outras oportunidades em sua carreira, pois agrega valor e contribui para o alcance da missão da organização.

Avaliar para desenvolver

Segundo Tamer, a partir da avaliação do desenvolvimento de cada servidor – que não tem qualquer semelhança com a avaliação de desempenho realizada anualmente – a área poderá identificar as dificuldades a serem superadas, as necessidades de treinamento, entre outros pontos.

"A partir dessa avaliação, o gestor vai identificar qual o servidor e em quais competências há necessidade de desenvolvimento, inclusive permitindo constatar se há algum realizando atividades com complexidade abaixo da sua real capacidade. E, com essas informações, poderá promover o desenvolvimento de cada pessoa como um todo, ou seja, de seus conhecimentos, habilidades e comportamento para que possa realizar tarefas cada vez mais complexas", salienta o assessor.

A avaliação de desenvolvimento será realizada pelos gestores utilizando os instrumentos de avaliação de competência criados na fase de modelagem. Cada gestor vai registrar as verificações individualizadas por meio do Sistema Efix, coordenado pela SGP. A primeira verificação não contará com a participação dos servidores. No entanto não há motivo para preocupação dos avaliados. "A primeira avaliação de desenvolvimento será feita pelos gestores para a verificação da eficácia do sistema e devidos ajustes. Após o ajuste, os servidores passarão a participar do processo, pois o desenvolvimento é contínuo e conjunto – servidor e instituição – para a melhoria dos serviços oferecidos pelo Tribunal", enfatiza Ana Lúcia.

O assessor Tamer destaca a importância da avaliação de desenvolvimento como ferramenta de pesquisa das necessidades da instituição para a melhoria dos seus serviços. Ele ressalta, ainda, a importância da efetiva participação de todos – gestores e servidores – nesse processo. "É fundamental que a implantação dessa nova concepção de gestão de recursos humanos seja feita de maneira coordenada e gradual com a apresentação do projeto a todos".

Para o assessor, os resultados produzidos pelos gestores integrantes do grupo de modelagem com a definição das trajetórias de cada carreira do Tribunal - compostas pelas competências a serem exercidas pelos servidores em cada nível – "é uma ferramenta fantástica de gestão de pessoas que se caracteriza por não ser um sistema engessado". Segundo ele, o sistema de gestão por competências pode e deve sofrer ajustes após a primeira avaliação.

Até março do próximo ano, os servidores que ocupam cargos de direção vão participar de ações de treinamento para a implantação da Gestão por Competências. "A previsão é de que em março já tenhamos promovido a primeira avaliação de desenvolvimento dos servidores e os ajustes necessários no sistema", destaca Ana Lúcia.

Elaine Rocha – elaine.rocha@stj.gov.br

SERVIDOR

Trabalho sobre a dupla alimentar foi premiada em Congresso Internacional de Nutrição

Arroz e feijão ao vivo

É raro encontrarmos um brasileiro que não goste de arroz e feijão. Desde a infância aprendemos a apreciar essa rica combinação. Mas o fato é que, nas últimas décadas, diversos fatores fizeram com que esses alimentos tradicionais perdessem espaço em nossas mesas. Não há dúvida que os *fast foods* contribuíram bastante para isso. Com a correria da vida urbana tornaram-se uma opção rápida e prática, porém, do ponto de vista nutricional, nada saudável. No mesmo período, surgiram os restaurantes de auto serviço (*self-service*), atraentes pela comida variada e que se assemelha à caseira, mas que deixam a desejar quando o assunto é arroz e feijão. Sem graça e enjoativos, é assim que a maioria dos consumidores desses restaurantes os qualificam.

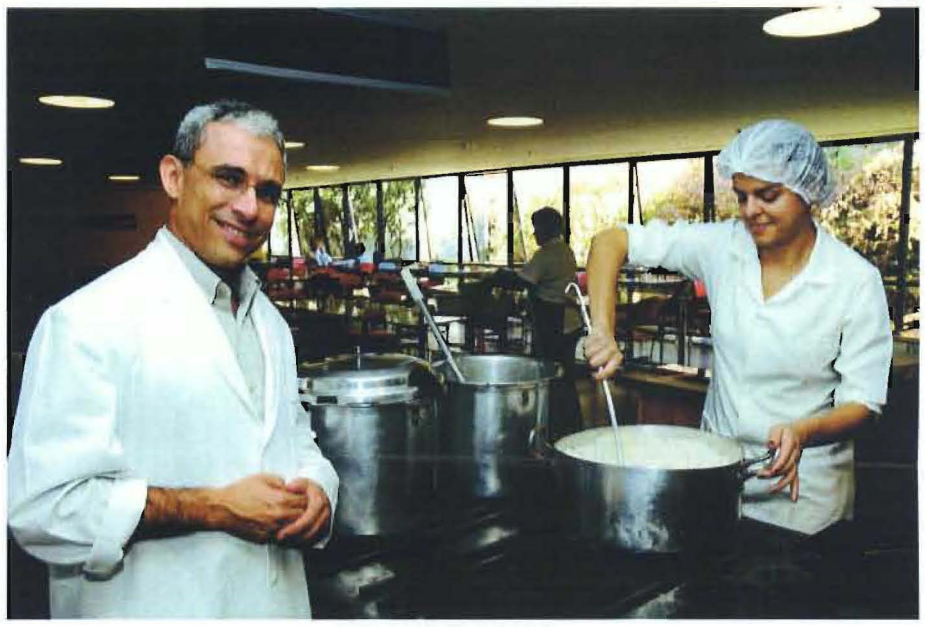
Essa realidade está para mudar e a solução para essa questão pode ser encontrada na monografia de pós-graduação do chefe da Seção de Assistência Nutricional do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Aldemir Soares Mangabeira Júnior. Com o trabalho intitulado "Produção de Arroz e Feijão em Cozinha Show para a Satisfação de Clientes Usuários de Restaurantes *Self-Service*", ele ganhou o prêmio *Food Service* e Gastronomia do 8º Congresso Internacional de Gastronomia e Nutrição, realizado em São Paulo, entre os dias 4 e 6 de outubro desse ano.

Seu premiado trabalho traz soluções simples mas bastante eficazes para fazer com que o arroz e o feijão voltem a ser a referência gastronômica brasileira, não somente em nossas casas, onde a comida caseira já faz sucesso, mas também na alimentação fora dela. "Desde 1997, no papel de garantir a qualidade da alimentação no Tribunal, ouvimos muitas opiniões de que comida de *self-service* é sem graça, enjoativa. Paralelamente, identificamos no consultório que muitos servidores reduziram seu consumo de arroz e feijão. E isto é um fato que ocorre em todo o País e já identificado pelas pesquisas de consumo do governo", afirma Aldemir.

Por meio de suas pesquisas, o nutricionista percebeu que o preparo ao vivo de arroz e feijão, caracterizado pela produção na frente dos clientes, em pequenas porções, ao longo das refeições, melhora significativamente a percepção sensorial dos consumidores e, conseqüentemente, a sua satisfação. Isso favorece a excelência do sabor, do aroma e da temperatura, fatores que historicamente colocaram a dupla como a principal base alimentar brasileira.

Segundo Aldemir, o principal segredo para obter a referida excelência sensorial é servi-los a temperaturas próximas de 100ºC. E isso só é possível quando o usuário se serve diretamente da panela com o alimento recém preparado, como em casa quando nossa mãe nos avisa que a comida está na mesa. De fato, isso é algo que sempre foi conseguido com simplicidade no ambiente familiar, mas que veio sendo negligenciado pelos restaurantes de auto serviço, que preparam grandes quantidades e acabam servindo em temperaturas que não são as ideais. Isso frustrava os consumidores que acabavam recorrendo a outras opções, nem sempre tão saudáveis quanto o arroz e o feijão. Realidade que pode ser mudada com o preparo ao vivo, que resultou no aumento do consumo, da satisfação e em muitos elogios à iniciativa.

Foto: Luis Antonio



Aldemir ganhou prêmio nacional com trabalho sobre o arroz e o feijão

Foi por ter encontrado a resposta que corrige essa falha existente nos restaurantes *self-service*, aliando a saúde e o prazer do sabor, que o trabalho foi reconhecido pela banca examinadora do congresso, empresários do setor e colegas de profissão. O preparo ao vivo de arroz e feijão agrada a todos esses setores e é uma iniciativa viável, pelo baixo custo e pelo bem-estar que proporciona, principalmente à saúde de quem os consome. Afinal, com a enorme quantidade de nutrientes que possuem, como vitaminas do complexo B, proteínas vegetais, ferro, cálcio e aminoácidos, a ciência da nutrição deseja reverter a queda de consumo destes alimentos e preservar o patrimônio gastronômico brasileiro, tão rico e diversificado. ▪

Diogo Silva – diogo.silva@stj.gov.br

SERVIDOR

A Semana do Servidor evidenciou e valorizou as habilidades do servidor do Tribunal

Um show de festa e talentos

Foto: Luis Antonio

Alegria e descontração marcaram as comemorações

Sorteios, entrega de prêmios, exposições, muita música boa e até corrida. Assim os servidores e funcionários terceirizados do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e do Conselho da Justiça Federal (CJF) festejaram o Dia do Servidor Público, comemorado em 28 de outubro.

A Semana do Servidor foi repleta de atrações. Já na abertura do evento, os participantes puderam conferir a apresentação do coral Corte em Canto, que embalou a entrega da premiação aos seis estagiários de segundo e terceiro graus vencedores do II Prêmio STJovem de Redação. Cristina Reis, uma das organizadoras, explica a iniciativa do Tribunal. "A Semana do Servidor é uma forma que o STJ encontrou de prestigiar o seu servidor e os seus colaboradores, pela dedicação que cada um oferece ao Tribunal durante todo ano".

Durante a festa foram sorteados cinco livros aos servidores que responderam à pesquisa sobre o Manual de Atos Administrativos, um ingresso para o espetáculo Alegria, do Cirque du Soleil, com acesso à área *vip*, e um *pen drive*. Um dos ganhadores, José Ricardo Cardoso, da Coordenadoria de Segurança, comentou o sorteio e ressaltou a importância deste tipo de evento. "Ocasiões como esta são um estímulo para o servidor, nos sentimos reconhecidos e valorizados".

A festança não parou por aí. No Espaço Cultural do STJ foram realizadas, simultaneamente, duas exposições. Além da mostra comemorativa *STJ 18 Anos Promovendo Cidadania*, teve também a exibição de fotografias, esculturas, pinturas e artesanatos no V Salão de Arte dos Talentos do STJ, tudo feito por servidores, terceirizados e estagiários do Tribunal.

Ainda tivemos, em clima de muita festa, o II Palco do Servidor. Nas apresentações, os participantes mostraram talento artístico, emocionaram e divertiram os colegas. A platéia acompanhou o musical e cantou junto com os artistas. Ao final do show de talentos, teve o sorteio de mais um par de ingressos para o Cirque du Soleil. Um buffet de crepes encerrou as festividades. Uma oportunidade para os servidores parabenizarem os colegas artistas.

Corrida do Judiciário

Com uma competição em grande estilo, representantes de todo o Judiciário encerraram a Semana do Servidor. Este ano, a IV Corrida do Poder Judiciário contou com a participação de 250 homens e 148 mulheres, que colocaram em prática a técnica, a vontade e a perseverança para superar limites, vencer o desconforto e concluir o percurso.

Os participantes que concluíram o percurso nos primeiro e segundo lugares de cada uma das três categorias de 5km, 10km, ou revezamento misto, receberam troféus. Os demais atletas foram presenteados com medalhas. Para terminar a semana de comemorações e alegrar ainda mais os servidores, a organização da corrida sorteou brindes para os participantes. ▪

Tatiara Lima – tatiara.lima@stj.gov.br

Foto: Luis Antonio

Estagiários vencedores do Prêmio STJovem de Redação

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
informe-se
O STJ bem perto de você!
Ano XII • nº 33 NOVEMBRO 2007

SAÚDE

Resultados do Exame Periódico de Saúde norteiam as ações da SIS voltadas para o servidor

Saúde é o que interessa

Apesar do aumento de facilidades que o desenvolvimento nos traz, temos cada vez menos tempo para cuidar da saúde. Corremos tanto que vivemos estressados com tudo. Mas essa realidade pode ser mudada. Magistrados e servidores do Superior Tribunal de Justiça contam com ações preventivas no combate às enfermidades mais recorrentes por meio de ações desenvolvidas pela Secretaria de Serviços Integrados de Saúde (SIS).

Periodicamente a SIS avalia o estado de saúde do corpo funcional e, para tanto, adota o Exame Periódico de Saúde (EPS) como instrumento para levantar os dados estatísticos que subsidiam o planejamento das diversas ações da unidade. A radiografia referente aos anos de 2005 e 2006 está completa.

O exame é realizado a cada 24 meses no caso de servidores com idade inferior a 50 anos e a cada 12 meses para aqueles com idade igual ou superior a 50 anos. O EPS, de caráter preventivo, tem como objetivo manter o controle da saúde individual no Tribunal.

Com a radiografia integral da saúde dos magistrados e servidores, foi possível à equipe da SIS identificar as principais enfermidades por ordem de incidência. A obesidade teve o maior número de ocorrências, seguida pelo tabagismo, doenças hipertensivas e dislipidemia (aumento da taxa de lipídeos).

Abaixo a obesidade

Para atacar o problema, a SIS implementou ações voltadas para os servidores e magistrados. Uma dessas ações é o programa *STJ de Olho na Balança*. Desenvolvido pela Seção de Assistência Nutricional (Sanut), o programa foi criado para controle de peso e educação alimentar. É uma releitura do antecessor Grupo de Controle de Peso e Educação Alimentar (2000 a 2005). A ação é voltada para os servidores, terceirizados e estagiários do Tribunal.

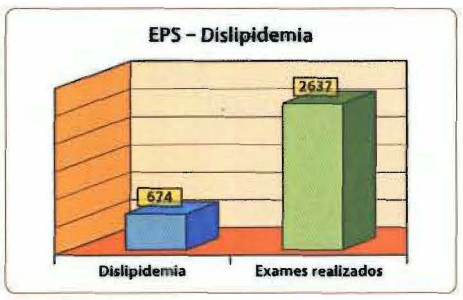
Segundo o chefe da Sanut, Aldemir Mangabeira, o objetivo é incluir o maior número possível de servidores no programa para que todos façam o controle do quanto consomem diariamente. Além disso, é uma educação nutricional a distância que dá ao servidor a liberdade para montar o cardápio, mas gradativamente o instrui para adoção de uma alimentação saudável.

Em outubro deste ano, a seção iniciou uma campanha para conseguir a adesão de novos participantes. Cerca de 150 servidores entraram no programa e já emagreceram 162,2 kg, mais de 1kg por pessoa. O resultado é melhor que a média observada em agosto do ano passado, quando 500 pessoas emagreceram 502,08 kg. Atualmente, o *STJ de Olho na Balança* conta com a participação de 990 servidores.

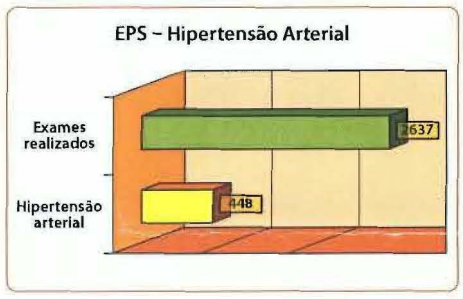
De acordo com Aldemir, a ação é importante, pois a obesidade é um problema mundial cujo tratamento não pode ser encarado de modo simplista, como, por muito tempo, foi abordado e requer novas ferramentas, apoio, atividade física, alterações no estilo de vida (caminhar mais, estacionar mais longe, subir escadas) e mudanças no padrão alimentar. "Por meio das pesagens, há o componente de motivação coletiva", completa ele. ▪

Marcela Rosa – marcela.rosa@stj.gov.br

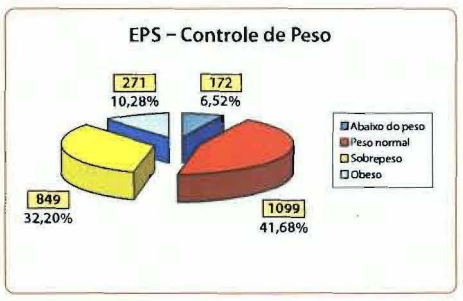
Foto: Sandra Fado



674 servidores apresentaram a disfunção



448 dos pesquisados apresentaram o problema



1.120 pessoas estão acima do peso

272 servidores fazem uso do cigarro

Balanço geral

O EPS de 2006 exibe um quadro completo da saúde dos servidores do Tribunal. Problemas como obesidade, tabagismo, hipertensão e dislipidemia alcançaram resultados expressivos. Dos 2.637 servidores que participaram dos exames periódicos, 1.120 (46,84%) estavam acima do peso. Preocupada com a situação, a SIS implantou o programa *STJ de Olho na Balança*. A ação visa reduzir esse número, além de tratar da hiperalimentação e distúrbios metabólicos.

Já no caso da dislipidemia, que é o aumento anormal de taxa de lipídios no sangue, 674 servidores (25,56%) apresentaram a disfunção. Para eles, a SIS desenvolveu um programa que estimula o servidor a buscar um estilo de vida saudável, por meio das ações do Programa Qualidade de Vida e Atenção aos Diabéticos.

O tabagismo também teve destaque na pesquisa, já que 272 (10,31%) servidores fazem uso do cigarro. Nesse sentido, foram adotadas ações em defesa da promoção da saúde por meio do Programa Alvorecer, que atua na conscientização quanto ao uso indevido de drogas, entre elas o tabaco. Dessa forma, busca-se reduzir o número de fumantes na Casa.

Quanto à hipertensão arterial, foram observados 448 casos, o que representa 16,9% dos exames realizados. Ações individualizadas de atendimento ao usuário são o ponto principal para reduzir e controlar os casos de hipertensão arterial, bem como ações coletivas direcionadas à educação e à prevenção do problema.

Museu

STJ transforma em cartões postais e marcadores de livros os trabalhos vencedores

Mostra Lúdica premia criatividade

Cidadania, racismo, meio ambiente e questão indígena no Brasil foram os principais temas tratados na IV Mostra Lúdica dos Projetos Socioeducativos, promovida pelo Museu do Superior Tribunal de Justiça (STJ). A exposição reúne os trabalhos premiados realizados por estudantes a partir da 5ª série, das redes pública e privada.

Além do prêmio em dinheiro (R$ 300), os trabalhos vencedores serão reproduzidos em cartões postais licenciados pela Empresa de Correios e Telégrafos e em marcadores de livros. O material será vendido nas bancas de jornais. No STJ, os cartões serão entregues aos visitantes.

Fernando Magela de Jesus, aluno da 5ª série do Colégio Arco-Íris, em Sobradinho, é um dos alunos premiados pelo projeto Museu-Escola, voltado para os estudantes de primeiro grau. Ele conta que se inspirou nas ilustrações de um livro distribuído durante a visita ao STJ, para construir a sua maquete. "É muito legal ajudar o Brasil a expandir suas maravilhas", comenta o aluno ao saber que seu projeto será estampado em um postal que poderá ser remetido para qualquer lugar do mundo.

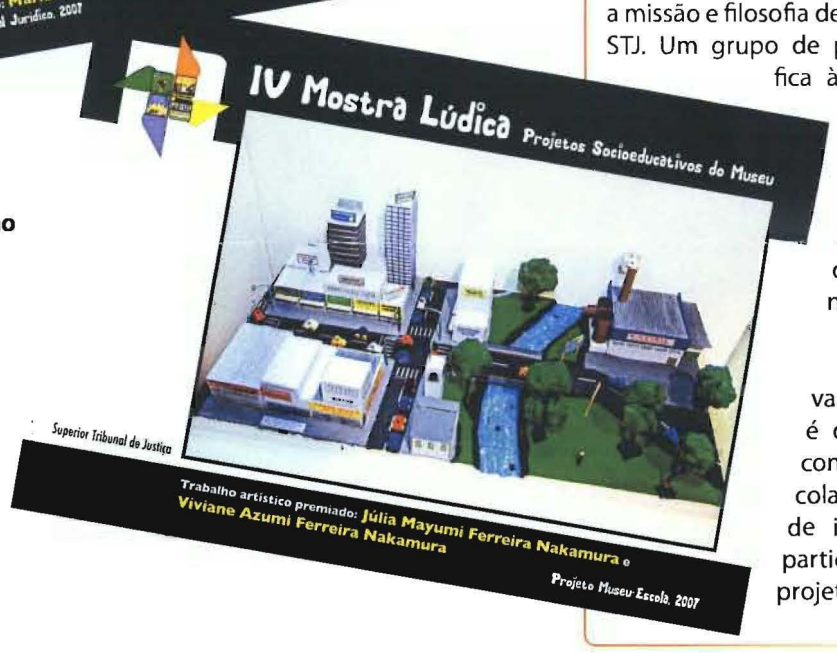
Outra premiada é Maria Anete Lima, aluna do 3º ano do Ensino Médio do Centro Educacional 07, em Taguatinga Norte. Ela explica que inspirou seu trabalho em três elementos: o olho do vitral *Mão de Deus*, localizado no Tribunal Pleno, a bandeira nacional e o prédio do STJ. Na interpretação da estudante, o olho representa o povo. A bandeira chora pelas decisões da Justiça que, para ela, atingem principalmente os pobres. E o prédio do STJ seria a única coisa que as pessoas podem ver. "Não sabemos o que está acontecendo aí dentro", explica Maria Lima.

A entrega dos prêmios foi realizada no dia 29 de novembro, em uma grande festa no auditório externo do STJ. Os artistas foram os alunos e idosos envolvidos nos projetos. Eles apresentaram peças teatrais e números de dança, cujos temas retomaram as atividades desenvolvidas durante as visitas ao Tribunal da Cidadania.

A primeira edição da Mostra Lúdica dos Projetos Socioeducativos ocorreu em 2001. Na época, o STJ iniciava o projeto com o objetivo de ensinar cidadania aos estudantes do Distrito Federal. ▪

Ana Gleice Queiroz – ana.gleice@stj.gov.br

Os melhores trabalhos dos estudantes serão divulgados em cartão postal.



Conheça os projetos socioeducativos do Tribunal

O *Museu-Escola* foi o primeiro projeto desenvolvido pelo STJ, em 2001. O objetivo é auxiliar as escolas públicas e privadas na formação da cidadania dos estudantes de ensino fundamental.

Em 2003, o Museu colocou em prática o projeto *O Despertar Vocacional Jurídico*, com a intenção de auxiliar os alunos de ensino médio na escolha profissional. Na prática, os estudantes são colocados em contato com profissionais de formação jurídica, além de ter acesso a informações sobre o Poder Judiciário.

O *Sociedade para Todas as Idades* proporciona à terceira idade uma tarde de atividades no Tribunal. A intenção é aproximar a Justiça do povo. Os visitantes conhecem parte da história do Poder Judiciário e tomam contato com a missão e filosofia de atuação do STJ. Um grupo de profissionais fica à disposição para responder às questões relativas à vivência dos idosos no dia-a-dia.

A iniciativa das visitas é do STJ, que convida as escolas e grupos de idosos para participar dos projetos.

Servidor

Projeto de lei muda PCS e resgata benefícios vetados

Carreira judiciária será uma só

Está em tramitação na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 319, que altera o Plano de Cargos e Salários dos servidores do Poder Judiciário da União (Lei nº 11.416, de 15 de dezembro de 2006).

O texto, de autoria do próprio Judiciário, define que a carreira judiciária é uma só, formada por três cargos de provimento efetivo: analista, técnico e auxiliar judiciários. Atualmente, cada um desses cargos é considerado uma carreira judiciária.

O termo "carreiras judiciárias" presente na atual legislação é substituído por "carreira judiciária". O que parece ser apenas uma mera alteração nominal traz uma grande vantagem para os servidores, em especial, os técnicos e auxiliares.

Os ocupantes desses dois cargos que forem aprovados em concurso público para o cargo de analista poderão computar o período de serviço no cargo anterior na contagem de tempo de carreira para aposentadoria. Isso porque esses servidores deixam de mudar de carreira e mudam apenas de cargo.

O PL 319 também tenta resgatar uma vantagem vetada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva no PCS. É o adicional de qualificação para técnicos e auxiliares. Segundo o texto, o técnico judiciário que tiver diploma de graduação receberá a mais 5% do vencimento básico. Já o auxiliar judiciário que tiver mais de 120 horas de atividades de treinamento poderá receber um adicional de até 3% do vencimento. Se for aprovado, o pagamento será retroativo a 1º de junho de 2006.

Outro benefício vetado reaparece no PL 319. A proposta incluiu um artigo determinando que os ocupantes de cargo de provimento efetivo da carreira judiciária executam atividades exclusivas de Estado. São áreas em que o servidor é o agente dos poderes do Estado, como advogado da União, fiscais e policiais. Quem desempenha essas atividades tem garantias especiais, como maior dificuldade de perder o emprego.

Para o coordenador-geral do Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário e do MPU no DF (Sindjus), Roberto Policarpo, fazer parte desse grupo pode ser bom no futuro. O Congresso Nacional discute desde 1998 um projeto de lei complementar (PLP 248) que permite a demissão do servidor público estável por insuficiência de desempenho. Se o texto for aprovado, os servidores que exercem atividade exclusiva de Estado só poderão ser exonerados após processo administrativo com direito à ampla defesa. Os demais servidores serão passíveis de demissão apenas com base na avaliação de desempenho, sem direito a processo administrativo.

"No futuro, mais benefícios poderão ser criados para quem exerce atividade exclusiva de Estado e nós queremos assegurá-los a todos os servidores do Poder Judiciário da União", afirmou Policarpo. O interesse do sindicato não é apenas garantir vantagens, mas proteger a categoria de futuras mudanças na legislação que possam ameaçar o emprego público. ▪

Andréa Vieira – andrea.vieira@stj.gov.br

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

informe-se

O STJ bem perto de você!

Ano XII • nº 34 DEZEMBRO 2007

TRIBUNAL

A seleção de estagiários com prova de conhecimentos garante igualdade de condições aos candidatos

Estágio democrático

Uma seleção mais democrática e com teste de conhecimentos básicos. Essa foi a maneira que a Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP) e o Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) encontraram para atualizar e melhorar a indicação dos estagiários para o STJ. "A nossa intenção é sempre aprimorar o processo de escolha dos estagiários e proporcionar a todos a possibilidade de concorrer às vagas em igualdade de condições, em um processo aberto, como num concurso público", ressalta Inaê Alvarenga, chefe da Seção de Movimentação de Pessoas, da SGP.

O novo tipo de seleção teve início no ano passado, mas abrangeu apenas os concorrentes às vagas para estudantes de nível superior. Os alunos do ensino médio foram selecionados por meio da apresentação do boletim do Programa de Avaliação Seriada (PAS) ou do boletim escolar. Neste ano, os alunos do ensino médio também tiveram de se inscrever para a avaliação objetiva.

A SGP elaborou o edital para a concorrência seguindo o estabelecido no Ato 114, assinado pelo presidente do STJ, ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, e na Portaria 178, do diretor-geral, Miguel Augusto Fonseca de Campos. As resoluções demonstram a preocupação do Tribunal em privilegiar a igualdade de condições, a transparência e a impessoalidade, o que se refletirá positivamente na imagem da Corte perante a sociedade como mais um instrumento de promoção da cidadania.

O edital, lançado em novembro deste ano, apresentou um quadro com 340 possíveis vagas, que devem surgir ao longo do ano de 2008. As provas objetivas foram elaboradas pelo CIEE. As avaliações de nível superior testaram conhecimentos nas áreas de Língua Portuguesa, Informática e conhecimentos gerais. Já os alunos de nível médio enfrentaram questões de Língua Portuguesa e Matemática.

Os testes para o cadastro reserva de 2008 foram aplicados no período de 3 a 7 de dezembro. Os aprovados na prova objetiva farão parte de uma lista e serão convocados, a partir do surgimento de cada vaga, para a segunda etapa da avaliação. A segunda fase também é eliminatória. Ela consiste em uma entrevista com o gerente da unidade a que se destina a vaga de estágio. A chamada dos candidatos será coordenada pelo CIEE e seguirá a ordem de classificação na prova objetiva. O processo seletivo tem validade até 31 de dezembro de 2008, podendo ser prorrogado a critério do Tribunal.

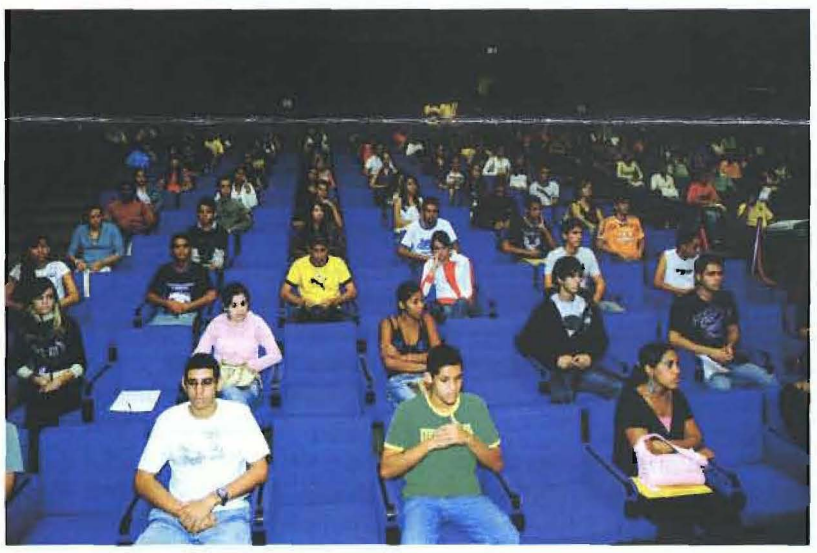
Seleção

Para o estudante Eric Jefferson Luz, do curso de Educação Física da Universidade Católica, "a prova é importante porque, com ela, o Tribunal pode selecionar os melhores de cada área. Somente com a entrevista, não dá para saber se o aluno está capacitado para o que a Corte almeja". Segundo o aluno, falta apenas uma prova de conhecimentos específicos para que a avaliação fique ainda melhor.

Luciana Melo, aluna do curso de Engenharia da Computação do UniCeub, concorda com Eric Luz com relação à importância da prova. "Com a prova é melhor, pois não vai haver indicação para as vagas." A estudante, porém, vai além da opinião do aluno de Educação Física. Para Luciana Melo, a avaliação deveria conter apenas questões de conhecimentos específicos, e não matérias básicas, a exemplo da realizada, que apresentou testes de Língua Portuguesa, noções de Informática e conhecimentos gerais.

O aluno Sid Ferreira Xavier, do curso de Direito da Universidade Paulista (Unip), aprova a avaliação objetiva e acha que tem mais chance com ela. "Com o teste, são selecionados os alunos mais preparados para o estágio". Segundo o estudante, o método da entrevista não é tão eficaz como a aplicação da prova. "Na minha opinião, uma pessoa pode não falar tão bem durante a entrevista, mas isso não quer dizer que não possa apresentar um bom trabalho".

Fotos: Sandra Fado



Jovens de todas as escolas do DF concorreram à vaga de estágio no Tribunal

Concorrência

As bolsas para estágio no STJ oferecem valores atrativos. Para nível superior, o Tribunal paga R$ 600,00 pelas 20 horas semanais de estágio. Para nível médio, o valor é de R$ 358,00, para as mesmas horas trabalhadas. Aos estagiários é permitida a utilização do transporte funcional da Casa, mas não são pagos vale-transporte nem auxílio-alimentação. O estágio para alunos de nível superior pode durar, no máximo, três anos e o de nível médio, até dois.

Os valores das bolsas aumentam a concorrência. As vagas destinadas ao curso de Direito foram disputadas por 1.875 estudantes. O curso é o que apresenta a expectativa de oferecimento do maior número de vagas para estagiários. Das 220 destinadas a estágio de nível superior, 140 são para alunos do Direito – 70 para os estudantes dos 3º e 4º semestres, e a outra metade para os dos 5º e 6º.

Para ingressar em uma das vagas para a área de Direito, o estudante tem de preencher uma declaração afirmando não ter qualquer vínculo com escritório de advocacia. A restrição segue a norma que proíbe os servidores do Tribunal de atuar ou prestar serviços na área de Advocacia.

As demais 80 vagas para nível superior foram disputadas por 1.536 estudantes de 18 diferentes áreas, entre elas Comunicação Social, Administração, Arquitetura, Biblioteconomia, Educação Física, Fisioterapia e Informática. A lista completa de todos os cursos de nível superior que têm vagas para estágio no STJ pode ser acessada no edital da concorrência, disponível nos sites do Tribunal e do CIEE.

A exemplo do estágio para nível superior, as 120 vagas para nível médio também foram bastante disputadas por 971 estudantes. Portadores de deficiência, sejam alunos de nível médio, sejam de nível superior, também concorrem a vagas para estágio no Tribunal, porém por meio de um processo específico de recrutamento e seleção. No processo, são observados critérios e procedimentos adequados às suas características.

A seleção para estágio no STJ prevê, ainda, processo seletivo diferenciado com relação aos alunos beneficiados pelo Sistema de Cotas para Negros, da Fundação Universidade de Brasília (FUB). O processo seletivo, nesse caso, segue o Acordo de Cooperação Institucional nº 13/2005, firmado entre o STJ e a FUB.

O STJ aguarda de "braços abertos" seus novos estagiários, com a certeza de que os selecionados não só vão aprender com a experiência no Tribunal, mas também muito têm a nos ensinar. ▪

Elaine Rocha – elaine.rocha@stj.gov.br

TRIBUNAL

Muitos servidores estão envolvidos em iniciativas solidárias nesta época do ano

Natal solidário: a gente vê por aqui

A máxima cristã de que somos todos irmãos mesmo sem ter nascido na mesma casa costuma atingir o ápice na época de Natal. A chegada do Bom Velhinho, trazendo não somente presentes, mas a Luz que ilumina as consciências, renova os sentimentos de fraternidade e solidariedade, e faz aflorar a força do Bem e a vontade de compartilhar, mesmo nos corações mais empedernidos.

E nem mesmo a maledicência dos céticos de plantão, argumentando que tudo não passa de uma mera tentativa de aplacar a consciência por causa de todo o bem que não foi feito durante o ano inteiro na constante cegueira de quem não enxerga a dor alheia, é capaz de esmorecer o ânimo daqueles que estão irmanados na idéia de ajudar o próximo.

É o caso, por exemplo, da servidora Claudya Lessa Belo. Há quatro anos à frente de um projeto que repassa valores sociais por meio de atividades artísticas e literárias a crianças e adolescentes nas regiões do Paranoá e Itapoã, ela acaba de lançar o livro *Espelhos D'Alma*, e a metade da renda será doada à campanha Natal Solidário.

Sem cunho político ou religioso, a campanha para arrecadar brinquedos é realizada todos os anos com o apoio da Associação dos Servidores do Superior Tribunal de Justiça, colegas de outros tribunais e empresários da cidade. "A solidariedade é algo simples, afasta-nos da solidão, aproxima-nos de valores importantes, faz-nos refletir sobre o sentido da vida e nos torna mais humanos", acredita Claudya "Noel".

Fotos: Luis Antonio

João integra a rede de solidariedade em prol das crianças carentes

Outro evento que contribui para incluir vários irmãos na grande festa da Família é o projeto Papai Noel dos Correios, que existe formalmente desde 1994. Mas tudo começou há uns vinte anos, quando, comovidos com as cartas enviadas por crianças ao Bom Velhinho, funcionários passaram a responder a elas e também a presentear. No ano passado, 501.605 cartas foram recebidas, sendo que 177.549 foram respondidas e 226.934 foram adotadas. Para que funcione, a empresa conta com voluntários para fazer desde a triagem das cartas até a entrega dos presentes.

Um desses voluntários é o servidor João Marinho, da Seção de Suporte a Eventos de Capacitação. Por intermédio dele, 63 cartinhas já foram adotadas por colegas do Tribunal. "Meu filho Gustavo, de 12 anos, costuma dizer que devemos dar muito valor ao que temos, pois muita gente não tem nada. Para mim, este é o verdadeiro Espírito de Natal", revelou. Nelson Alves dos Santos, da Informática, já foi um desses 'Papais Noéis': doou uma guitarra. Hoje os pedidos costumam se alternar entre brinquedos e material escolar.

Quem quiser colaborar, adotando uma carta ou trabalhando como voluntário na leitura e triagem das cartas, pode entrar em contato com a "Casa do Papai Noel" dos Correios de sua região. ▪

Feliz Natal! HOHOHO!

Rosângela Maria – rosangela.oliveira@stj.gov.br

LAZER

Diversas instituições oferecem lazer para a criançada no período de férias

Temporada de diversão

O mês de dezembro chegou e com ele, as férias escolares. Agora, as crianças vão passar um bom tempo longe das aulas. Mas aí surge um dilema para os pais que vão trabalhar nesse período: o que fazer com a criançada? Colocá-los em uma colônia de férias é uma boa opção para quem procura entretenimento para a garotada.

Que tal uma ida ao zoológico, à fazenda, ao parque aquático ou a uma fábrica de refrigerantes? Há fartura de brincadeiras e atrações, perto ou longe da cidade, nos pacotes oferecidos aos pais para que seus baixinhos aproveitem os dias de diversão. Com as brincadeiras e diversas recreações, a garotada gasta toda a energia e faz novas amizades.

O professor de educação física e especialista em recreação Henrique Gama explica que a intenção principal das atividades realizadas nas colônias de férias "é resgatar o brincar por brincar e a socialização das crianças para que elas possam criar novos amigos". Ele coordena a colônia de férias Zorra e Cia há 14 anos e, em janeiro, realiza a sua 29ª edição. "Aqui elas têm todo espaço para se divertir com atividades orientadas", garante o professor.

A coordenadora da colônia de férias do Centro Infanto-Juvenil do Iate Clube de Brasília (Ciate), Maria Fátima Dantas, acredita que o segredo é ser criativa para acabar com a sensação de rotina. "Criatividade é a palavra chave para entreter a criançada", garante. Kart, boliche, aulas de dança, passeios aquáticos, passeios culturais estão na lista das atividades oferecidas na colônia coordenada por ela. "As crianças podem escolher o que preferem fazer e se dedicam ao que gostam, sem nenhuma obrigação e com muita segurança", diz Maria.

A primeira preocupação dos pais na escolha de uma colônia de férias é a segurança da turminha; aí entram em ação os monitores. No caso da Zorra e Cia e da Ciate, toda a equipe, a maioria jovens universitários, é capacitada e treinada antes de se responsabilizar pelas crianças.

Para a servidora da Primeira Seção Raquel Oliveira, mãe de Camila, cinco anos, o ponto forte da colônia de férias é o fato da criançada poder brincar com segurança e ter a oportunidade de conhecer outros da mesma idade e conviver com eles. A mãe optou pelo grupo porque não estava de férias. "Como não deu para viajar, porque estava trabalhando, ela ficou em colônia de férias", conta. A atividade recebeu a aprovação da mãe e, principalmente, de Camila. "Minha filha adorou", disse a servidora. ▪

Tatiara Lima – tatiara@stj.gov.br

Onde deixar a garotada

Ciate

Centro Infanto-Juvenil do Iate Clube de Brasília

A colônia de férias será realizada de 13 a 26 de janeiro, das 14h às 18h, para crianças de 4 a 12 anos. Atrações: capoeira, aula de dança, futebol de sabão e passeio aquático. Associados da ASSTJ pagam R$ 280 (por duas semanas) e R$ 188 (por uma semana). Informações: 3329-8726 ou 3329-8727.

Clube dos Previdenciários

De 7 a 25 de janeiro, será realizada colônia de férias do Clube dos Previdenciários de Brasília (Previ). O horário é das 14h às 18h. Atrações: cinema, fazenda, zoológico, parque, artes e boliche. Os valores variam de R$ 55 (diária) a R$ 285 (três semanas). Informações pelos telefones 3346-6466/ 2846.

Hora de brincar

A Hora de Brincar terá como atrações gincanas, oficinas, passeios e acampamentos, karaokê, brincadeiras de rua, festivais e shows. Para crianças de 2 a 14 anos. De 17 a 21 de dezembro e 7 a 25 de janeiro. Preço: R$ 145 (uma semana), R$ 225 (duas semanas) e R$ 295 (três semanas). Informações: 3552-2455 e 8153-9121.

Mapati

A 33ª Colônia de Férias do Teatro Mapati, para crianças de 3 a 14 anos, já começou. São turmas semanais, pela manhã, das 8h às 12h, ou de tarde, das 14h às 18h. A colônia de férias acaba em 29 de fevereiro. Preço: R$ 125 (por semana) e R$ 100 (sem lanche), R$ 30 (diária, com lanche) e R$ 25 (sem lanche). Informações: 3347-3920.

Minas Tênis Clube

Vigésima nona Colônia de Férias Minas Brasília Tênis Clube para crianças de 3 a 13 anos. De 7 a 25 de janeiro. Atrações: cinema, zoológico, boliche, teatro, futebol de sabão, acampamento, festa a fantasia e muito mais. Preço: R$ 150 (por uma semana), R$ 220 (duas semanas) e R$ 250 (três semanas). Informações: www.coloniadeferias-brasilia.com.br ou 33479559.

Zoológico

A colônia de férias acontece de segunda a sexta, das 13h30 às 18h. São 50 vagas para crianças de 7 a 13 anos. Tem gincana, passeios pelo zôo, oficinas de artes, argila, papel reciclado, exposições, jogos e premiação. Informações: 3345-3025.

Informe-se • Jornal de Comunicação Interna do Superior Tribunal de Justiça (STJ)

Presidente: ministro Raphael de Barros Monteiro Filho • **Vice-presidente:** ministro Francisco Peçanha Martins • **Secretária-geral da Presidência:** Ana Luísa Dornelles • **Diretor-geral:** Miguel Augusto de Campos • **Secretário de Comunicação Social:** Armando Cardoso • **Assessor adjunto:** Gerson Gonçalves de Matos • **Coordenador de Editoria e Imprensa:** Paulo Antônio Soares Cotta • **Editora do Informe-se:** Deuza Lopes • **Chefe de Reportagem:** Regina Célia Amaral • **Revisão:** Mari Lúcia Del Fiaco • **Diagramação:** Carlos Figueiredo/CPRV • **Impressão:** Seção de Reprografia e Encadernação • **Tiragem:** 3 mil exemplares • **Contatos:** (61) 3319-8586 / informe-se@stj.gov.br